

Porcionato, Gabriela Lanza; de Castro, César Nunes; Pereira, Caroline Nascimento

Working Paper

Aspectos sociais do Matopiba: Análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social

Texto para Discussão, No. 2387

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Porcionato, Gabriela Lanza; de Castro, César Nunes; Pereira, Caroline Nascimento (2018) : Aspectos sociais do Matopiba: Análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social, Texto para Discussão, No. 2387, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/211338>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2387

**ASPECTOS SOCIAIS DO MATOPIBA:
ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO
HUMANO E A VULNERABILIDADE
SOCIAL**

**Gabriela Lanza Porcionato
César Nunes de Castro
Caroline Nascimento Pereira**

TEXTO PARA DISCUSSÃO



ASPECTOS SOCIAIS DO MATOPIBA: ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A VULNERABILIDADE SOCIAL

Gabriela Lanza Porcionato¹
César Nunes de Castro²
Caroline Nascimento Pereira³

1. Assistente de pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.
2. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Dirur/Ipea.
3. Assistente de pesquisa III na Dirur/Ipea.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro Esteves Pedro Colnago Junior

ipea

**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

Fabiano Mezadre Pompermayer

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: R1; R10.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 CONTEXTUALIZAÇÃO: AS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS SOBRE A REGIÃO DO MATOPIBA | 9 |
| 3 ASPECTOS SOCIAIS DA REGIÃO DO MATOPIBA..... | 15 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 64 |
| 5 REFERÊNCIAS..... | 67 |

SINOPSE

O acrônimo Matopiba refere-se à região formada pelos municípios que compõem simultaneamente a fronteira dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. Nas últimas duas décadas, essa região sofreu rápidas transformações em sua dinâmica de ocupação do solo devido à expansão da atividade agropecuária e da produção de grãos, principalmente de soja. Apesar de estudos evidenciarem a expansão acelerada da soja, outros, em contrapartida, demonstram as disparidades resultantes da prosperidade da produção; entre elas, a concentração da renda. Dessa forma, o objetivo deste estudo é fornecer informações de âmbito social para a região do Matopiba. Esta pesquisa reunirá informações dos principais indicadores nacionais em âmbito municipal, tendo como principal tema as condições de vida da população residente na região. Entre os dados mapeados, nota-se a melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) na região como um todo, sinalizando uma melhoria nas condições sociais e no dinamismo econômico da região. No entanto, apesar dessa melhoria, destaca-se que a região do Matopiba ainda apresenta baixo e médio IDHM na maioria dos municípios, e baixo e médio IVS. Portanto, apesar do destaque na produção e na comercialização da soja no setor do agronegócio, e da melhoria nos índices mapeados nesta pesquisa, a região ainda apresenta persistência expressiva no que se refere à desigualdade regional, se comparada ao restante do país.

Palavras-chave: Matopiba; aspectos sociais; desenvolvimento humano; vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The word Matopiba refers to the region that is formed by municipalities in the frontier of the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia, which in the last two decades has been rapid transformations in its dynamics of land occupation due to expansion of the agricultural activity, a production of grains, mainly of soybean. Although studies show the accelerated expansion of soy, on the other hand, studies show that the disparities resulting from the prosperity of production, such as the concentration of income. Thus, the goal of this article is to provide information on social issues for Matopiba region. This article has information in municipal terms, about living conditions of the resident population in the region. According to data, an improvement of the Municipal Human Development Index (HDI) and Social Vulnerability Index (IVS) in the region as a whole to improve the social conditions and economic dynamism of the region.

While the improvement, highlighting that the Matopiba region still presents low and medium Municipal Human Development Index (HDI) in most municipalities, and low and medium Social Vulnerability Index (IVS). Therefore, while the prominence in the production and commercialization of soybeans in the agribusiness sector, the region presents persistence with regard to expressive regional inequality if we compare with the rest of the country.

Keywords: Matopiba; social aspects; human development; social vulnerability.

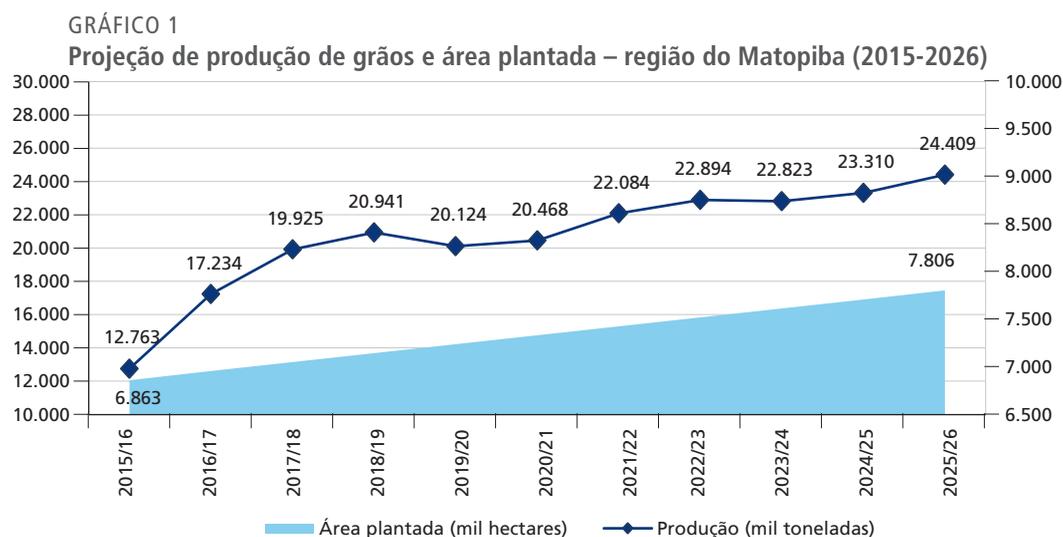
1 INTRODUÇÃO

O acrônimo Matopiba refere-se à região que é formada pelos municípios que compõem simultaneamente a fronteira dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia.¹ Nas últimas duas décadas, essa região sofreu rápidas transformações em sua dinâmica de ocupação do solo, devido à expansão da atividade agropecuária. A expansão da fronteira agrícola brasileira sobre essa área vem acarretando diversos impactos socioeconômicos provenientes da nova dinâmica de exploração econômica do território: a produção de grãos, principalmente de soja.

Essa região, com aproximadamente 324 mil estabelecimentos agrícolas e uma população de 6 milhões de habitantes, produziu 8 milhões de toneladas de soja no ano-safra 2013-2014 (Matopiba..., 2015). No ano-safra seguinte, essa produção aumentou, chegando a mais de 10 milhões de toneladas, equivalente a 11% da produção nacional. O estado da Bahia se destaca em produtividade. Apesar do destaque da soja, a região também produz milho, com maior produtividade no Piauí, algodão, na Bahia, e arroz, no Tocantins, o qual se destaca tanto em volume produzido quanto em produtividade por hectare.

A região, dividida em 31 microrregiões e 337 municípios, que juntos somam aproximadamente 73 milhões de hectares, possui crescimento diferenciado e é caracterizada como a nova área de expansão da fronteira agrícola, segundo aponta o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As projeções divulgadas pelo Mapa mostram que a área plantada de grãos nessa região deve se expandir 13,7% nos próximos dez anos e a produção de grãos nos estados que compreendem essa região deve passar de 24 milhões de toneladas no período 2025-2026, o que corresponderia a um aumento de 16% em relação ao período 2014-2015 (Brasil, 2017).

1. Tocantins é o estado que mais possui municípios na região do Matopiba, correspondendo a quase 40% de toda a região. O segundo em representatividade de municípios é o estado do Maranhão, com 135 municípios, que correspondem a 33% da região. Piauí e Bahia são os estados que possuem a menor representatividade em número de municípios, 33 (18%) e 30 (11%), respectivamente.



Apesar de estudos evidenciarem a expansão acelerada da soja, outros, em contrapartida, demonstram as disparidades resultantes da prosperidade da produção; entre elas, a concentração da renda – ou seja, mesmo com o crescimento, a região sofre com graves problemas sociais. Portanto, o Matopiba convive paralelamente com a prosperidade do agronegócio e o problema de miséria e pobreza crônica da população local. Dessa forma, o objetivo deste texto é fornecer informações de âmbito social para a região do Matopiba. Essa pesquisa reunirá informações dos principais indicadores nacionais em âmbito municipal, tendo como principal tema as condições de vida da população residente na região – isto é, dados sobre saneamento, habitação, pobreza, programas sociais – Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) –, educação e vulnerabilidade social.

Com o intuito de apontar avanços sociais ocorridos nos últimos dez anos, como também a persistência de indicadores sociais negativos nessa região, busca-se neste trabalho apresentar um panorama da situação social a partir de dados secundários. O texto está elaborado em três seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta uma breve contextualização sobre a agricultura no Brasil, com foco na expansão da produção de soja no Norte e no Nordeste do país. A seção 3 traz aspectos sociais da região do Matopiba, subdivididos em três tópicos: *i*) desenvolvimento humano municipal; *ii*) vulnerabilidade social; e *iii*) pobreza e desigualdade. A seção 4 faz as considerações finais sobre o mapeamento realizado nesta pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO: AS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS SOBRE A REGIÃO DO MATOPIBA

Ao longo da formação da economia brasileira, a atividade agropecuária tem ocupado um papel central (Prado Junior, 1977; Furtado, 1980); em particular, a partir da *revolução verde*, que alterou profundamente a dinâmica do setor (Müller, 1989; Ross e Sanches, 2001; Andrades e Ganimi, 2007; Ramos, 2007). Desta forma, o setor agropecuário tem grande responsabilidade na base econômica brasileira, desde o início da colonização até os dias atuais. Nas regiões Norte e Nordeste, em que está localizado o território do Matopiba, a agropecuária é protagonista do processo de desenvolvimento regional (Castro, 2012).

É a partir dos anos 1960 que a agropecuária nacional começa a vivenciar um momento ímpar na história brasileira; a saber, a dimensão financeira, englobando tanto os produtores, e demais atores à sua volta, quanto o Estado. A produção nacional cresce de forma intensa. Os dados demonstram que, em 1975, a produção de grãos foi de 45 milhões de toneladas, e que pouco menos de quarenta anos depois esta produção estava no patamar de 187 milhões de toneladas. A explicação para esse número está no desenvolvimento de sistemas de pesquisa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, universidades e instituições privadas e estaduais) e tecnologias (adaptação do Cerrado, sistemas de plantios, programas de integração lavoura-pecuária-floresta). Em 2014, o setor agropecuário representou, aproximadamente, 25% do produto interno bruto (PIB) (Buainain *et al.*, 2014).

A produção agrícola tem se constituído em uma atividade econômica estratégica para o Brasil, no sentido de que ela tem exercido um papel anticíclico – ou seja, um contraponto em períodos de queda do dinamismo econômico² (Buainain e Garcia, 2013; Garcia e Vieira Filho, 2014). Outro aspecto marcante da agricultura brasileira é o uso de componentes tecnológicos em seus sistemas de produção e em suas cadeias produtivas, contribuindo para a elevação da produtividade (Gasques *et al.*, 2011). Ao longo das últimas décadas, a produção brasileira de soja apresentou grande expansão, impulsionada pelo aumento de área semeada e também pela aplicação de técnicas de manejo avançadas, que permitiram o incremento na produtividade.

2. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, o setor agropecuário exerceu forte influência na redução da oscilação econômica brasileira, em função das inúmeras crises internas e externas ocorridas nesses períodos (Buainain e Garcia, 2013).

A implantação de programas de melhoramento de soja no Brasil – ou seja, pacotes tecnológicos desenvolvidos por órgãos de pesquisa – possibilitou o avanço da cultura para as regiões de baixas latitudes.³ Entre os fatores que estimularam o crescimento na participação da região central do Brasil na produção agropecuária, estão a construção de Brasília e o incremento de infraestrutura regional, antes inexistente naquela região, com a construção de infraestrutura de transporte, de comunicações e energética. Assim, ocorreu, naquele período, o estabelecimento de agroindústrias, estimuladas pelos incentivos fiscais disponibilizados para a ampliação da fronteira agrícola⁴ (Freitas, 2011).

O Brasil apresenta grande capacidade de multiplicar a atual produção, tanto pelo aumento da produtividade quanto pelo potencial de expansão da área cultivada. Sendo que a produção agrícola no Cerrado brasileiro contribuiu significativamente nas últimas décadas para o crescimento dessa produção, inicialmente no Centro-Oeste e, de modo crescente, na região conhecida como Matopiba. Nesse cenário, o estado do Mato Grosso se destaca na produção de soja no Brasil, sendo que, dos vinte municípios líderes em soja no Brasil, treze são de Mato Grosso. Atualmente, uma nova fronteira agrícola está se tornando promissora para a soja e colocando o Norte e o Nordeste em destaque no cenário do agronegócio brasileiro: o Matopiba (Brasil, 2017).

Algumas características favoráveis do Cerrado, bioma que abrange quase que totalmente a região do Matopiba, associadas ao preço das terras e ao uso de modernas práticas agrícolas, fazem da região um atrativo para agricultores vindos de outros estados, e que buscam áreas extensas e baratas para o desenvolvimento de agricultura empresarial em larga escala.

No entanto, para melhor explorar essas áreas, acerca da dimensão ambiental do Matopiba, a região demanda investimentos, imprescindíveis, em ciência e tecnologia, pois, ao aumentar a produtividade, diminui-se a pressão sobre os recursos naturais, o que garante a preservação do meio ambiente e mantém o desenvolvimento do agronegócio no Cerrado brasileiro. Além disso, deve-se enfrentar os desafios na construção de vasta infraestrutura logística para o escoamento de grãos, pois sua deficiência implica

3. Desenvolvimento de cultivares mais adaptados por meio da incorporação de *genes* que atrasam o florescimento, mesmo em condições de fotoperíodo indutor, conferindo a característica de período juvenil longo (Kiihl e Garcia, 1989 *apud* Freitas, 2011).

4. Outros fatores também contribuíram para o aumento da produção de soja, são eles: as condições físicas do solo, que facilitaram o uso de máquinas agrícolas; o regime de chuvas; e o baixo valor da terra.

perda de competitividade, já que frete tem uma participação significativa no custo de produção⁵ (Vieira Filho e Gasques, 2016; Freitas, 2011).

O desenvolvimento agrícola e a produção de grãos provocaram grandes impactos na ocupação e no desenvolvimento econômico das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A política de isenção fiscal e a dedução do imposto de renda adotadas nessa época (período da ditadura militar, década de 1970, a partir de 1975) contribuíram para aumentar, cada vez mais, a concentração de terras no Brasil. Segundo Schallenger e Schneide (2010), o agronegócio fornece os rumos ao desenvolvimento dessas regiões. Para os autores, a pecuária e a agricultura moderna de exportação impulsionam o comércio e a economia regional, fornecendo as bases para implantação de indústrias. Este processo provoca um expressivo movimento de capitais, serviços e pessoas, que se reflete sobre a acelerada urbanização que acontece nessas áreas.

Outro impacto da atividade agropecuária brasileira é o da ocupação do território nacional, a partir da abertura de novas áreas de produção ou novas fronteiras (Garcia e Vieira Filho, 2014; Miranda, 2012). Portanto, como fronteira agrícola, entende-se que são áreas pouco povoadas ou até mesmo despovoadas, mas que se dedicam à exploração dos recursos naturais e que, por meio dessas atividades, vêm passando por processos de ocupação. Desta forma, são áreas que estão recebendo imigrantes em decorrência de seu alto potencial de exploração, induzidos, principalmente, por programas públicos de incentivos fiscais e financeiros à produção agropecuária, à construção de estradas e/ou a projetos de iniciativa privada (Fundaj, 1995).

A análise desses movimentos permite observar uma lógica diferenciada para a ocupação. Pesquisas apontam que a dinâmica não é ditada apenas pelo excedente de mão de obra e pela existência de terras ociosas, mas também por uma visão empresarial que toma peso na região e se torna o principal articulador da ocupação da fronteira.⁶

5. As expectativas para a região giram em torno da ampliação do Porto de Itaqui, no Maranhão, devido a sua posição estratégica, que oferece saída ao produto brasileiro pela proximidade com a Europa. Os investimentos públicos em obras como o da hidrovía do rio Tocantins, a construção da ferrovia Norte-Sul e da ferrovia Transnordestina, entre outros projetos, tendem a favorecer o desenvolvimento do agronegócio na região. Freitas (2011) também destaca como de extrema importância a manutenção na conservação da malha rodoviária.

6. Fronteira agrícola, dito em outras palavras, são espaços ou “vazios” econômicos bem-dotados de recursos naturais (em termos de solos, de recursos minerais ou de recursos florestais), não devidamente integrados à base econômica tradicional por fatores ligados à localização, a condições naturais, a deficiências de infraestrutura etc., e que apresentam uma ocupação incipiente ou abaixo de suas potencialidades (Redwood III, 1979; Sicsú e Lima, 2000).

Diversos fatores contribuem, desde a concessão de incentivos fiscais até mudanças na estrutura fundiária e transferência, em larga escala, de tecnologia. A política de incentivo às exportações e o aproveitamento de mão de obra qualificada proveniente de mercados saturados, como o do Sul e Sudeste do país, fazem com que a ocupação da fronteira tenha nas *commodities*, especialmente a soja, seu principal produto de expansão (Sicsú e Lima, 2000).

É a partir desse contexto que se insere a expansão do modelo de agricultura desenvolvido na região Centro-Oeste sobre a região do Matopiba. Conhecido como Cerrado nordestino, nos últimos dez ou quinze anos, caracterizado pelas fortes restrições ecológicas, sociais e econômicas para o desenvolvimento do capitalismo agrário, esse território está se abrindo como nova fronteira agrícola no Brasil (Carneiro, Sobrinho e Coelho, 2006; Miranda, 2012).

O Cerrado nordestino ocupa aproximadamente 645 mil km² (64,5 milhões de hectares), bem como representa 7,6% do território brasileiro e 31,7% do bioma Cerrado. Em 2010, a população do Cerrado nordestino foi estimada em 8,3 milhões de pessoas, representando 4,3% da população brasileira. A densidade demográfica era de 12,8 hab./km², muito inferior à nacional, de 22,4 hab./km². A população rural do Cerrado nordestino era da ordem de 2,9 milhões, resultando em uma taxa de urbanização de 65%; muito abaixo da verificada no país, que em 2010 era de 84%, de acordo com dados de 2013 do Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Sidra/IBGE).

Levantamentos feitos pelo IBGE apontam que a população do Cerrado nordestino passou de 4,5 milhões para 8,26 milhões, registrando um aumento de 83,5%, no período 1970-2010, inferior ao verificado em âmbito nacional, que nesse período apresentou um aumento de 105%, passando de 93,1 milhões para 190,8 milhões.⁷ A população urbana do Cerrado nordestino apresentou um aumento de 345%, muito superior ao aumento nacional, que foi de 209%; e verificou-se queda sobre a população rural do Cerrado nordestino.

Buainain (2015) destaca a dinâmica populacional pela qual essa região vem passando e conclui que parte do crescimento urbano no Cerrado foi sustentado pela migração,

7. Disponível em: <<https://goo.gl/CJM7zk>>.

e não apenas pela migração rural-urbana, pois, apesar da queda da população rural do Cerrado nordestino, esta foi inferior à registrada no país – ou seja, a queda foi baixa e por isso representou pouco impacto no aumento da população urbana. Outro aspecto destacado pelo autor foi a presença de 22 municípios com taxa de urbanização menor ou igual que 25%, bem como a presença de 47 municípios com taxa superior a 75%. Essas taxas mostram que a região ainda apresenta áreas predominantemente rurais.

Além da dinâmica populacional, Buainain (2015) apresenta outros indicadores para analisar o que ele chama de efeitos multiplicadores gerados pela expansão da fronteira agrícola na região. Entre os indicadores, tem-se o número de estabelecimentos empresariais instalados na região no período recente, sendo que, a partir deste levantamento, se verifica estrutura produtiva concentrada em alguns municípios e caracterizada por atividades de baixa complexidade,⁸ além da dependência dos demais setores da economia no setor agropecuário.

Os autores, as pesquisas e os dados mencionados no decorrer do texto não fizeram um trabalho sobre a região do Matopiba em si, mas a região estava presente nas análises com outros recortes. A bibliografia até aqui debruça-se sobre as temáticas de fronteira agrícola, expansão da soja e bioma do Cerrado; portanto, trabalham as temáticas ligadas diretamente ao Matopiba, mas com recorte amplo, além da região. A seguir, será apresentado o mapeamento sobre as pesquisas com recorte específico do Matopiba, destacando-se os trabalhos realizados pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (Gite) da Embrapa e pelo Ipea.

Pioneiro nos estudos acerca do Matopiba, o Gite,⁹ grupo formado por pesquisadores da Embrapa, sob a coordenação de Evaristo Miranda,¹⁰ fez importantes apontamentos a respeito da delimitação, da caracterização, dos desafios e das oportunidades

8. O número de unidades equivalia a 120,1 mil, que empregavam 990,7 mil pessoas, com um salário médio mensal de R\$ 582,00 em 2011.

9. Projeto Especial: Matopiba. Disponível em: <<https://goo.gl/2MnNB8>>. Acesso em: jan. 2017. Neste espaço, estão disponibilizadas apresentações, notas técnicas e trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Gite/Embrapa).

10. Agrônomo. Doutor em ecologia pela Universidade de Montpellier (França). Pesquisador da Embrapa desde 1980. Coordenador do Gite/Embrapa desde outubro de 2013. Em agosto de 2015 assumiu o cargo de chefe geral da Embrapa Monitoramento por Satélite. Mais informações, ver: <<https://goo.gl/xSf3a3>>. Acesso em: jan. 2017.

para o desenvolvimento desta região.¹¹ A Embrapa, criada em 1973, foi determinante no desenvolvimento do agronegócio brasileiro e na expansão agrícola da soja. Em períodos anteriores, o Brasil era um país que importava alimentos, e as inovações institucionais e técnicas da Embrapa conduziram o país para a transformação desta condição, tornando-o um grande exportador desde os anos 1990 até hoje (Vieira Filho e Gasques, 2016).

Entre as pesquisas da Embrapa sobre o Matopiba, Gite (2015) aponta para além do desenvolvimento agropecuário. Segundo o estudo, do total de estabelecimentos agrícolas da região, 80% são muito pobres, produzindo apenas 5,22% da renda bruta do Matopiba, com presença em todos os municípios da região. Por outro lado, apenas 0,42% dos estabelecimentos são da classe rica, aproximadamente 1.020 propriedades, gerando renda bruta mensal maior que duzentos salários mínimos. Esses dados mostram a enorme concentração de renda da região (Gite, 2015).

No âmbito do Projeto Especial: Matopiba, somados, os trabalhos representam dezenas de informações inéditas acerca da região subdivididos em apresentações com formato de *slides*, notas técnicas, artigos e pôsteres.¹² O Ipea também publicou em 2016 e 2017 textos para discussão (TDs) com pesquisas sobre o Matopiba.¹³

Entre as publicações, tem-se a discussão sobre a aparente contradição entre a queda na geração de postos de trabalho no agronegócio e o aumento do rendimento médio da população ocupada no Matopiba. Os especialistas apontam que a dinâmica do mercado de trabalho no agronegócio, tanto nacional quanto no Matopiba, tem se caracterizado pela diminuição de postos de trabalho; no entanto, sobre o Matopiba, a atividade do agronegócio dinamizou o mercado de trabalho, ao gerar postos de trabalho fora do setor, mas ligados a ele. Desta forma, o setor de serviços mantém-se aquecido, em consequência da incorporação de um volume de mão de obra liberada pelas atividades do agronegócio.¹⁴ Ressalta-se que o agronegócio dinamizou a economia regional e que a dinâmica do mercado de trabalho no Matopiba é muito peculiar (Serigati *et al.*, 2017).

11. Entre os estudos, destacam-se como principais contribuições os de Miranda e Carvalho (2015) e Miranda (2015a; 2015b).

12. Ao todo, são oito apresentações, dez notas técnicas, um artigo e dois pôsteres, mais a descrição do projeto. Para mais informações, consultar página do Gite, disponível em: <<https://goo.gl/2MnNB8>>.

13. Ao todo, são quatro textos para discussão (TDs) a respeito da região do Matopiba: Vieira Filho (2016); Serigati *et al.* (2017); Garcia e Vieira Filho (2017); e Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017).

14. Apesar da dinâmica evidenciada no Matopiba, os pesquisadores ressaltam que não foi possível observar esse aquecimento do setor de serviços em âmbito nacional.

Em outro trabalho, destaca-se a pesquisa que aponta para restrições ambientais e institucionais sobre a ocupação desta fronteira agrícola. O estudo, ao elencar uma série de restrições institucionais e ambientais que tencionam a discussão sobre a ocupação desta região, evidencia o papel da inovação tecnológica que possibilitaria reduzir as restrições ambientais. Os autores concluem que a região exige um maior nível de planejamento, pois, “o avanço da agricultura precisa incorporar os custos ambientais, na medida em que a degradação dos ecossistemas pode elevar o próprio risco ambiental envolvido na produção” (Garcia e Vieira Filho, 2017, p. 55).

No entanto, a literatura que se debruçou sobre o Matopiba também evidenciou, a partir de pesquisa de campo, com dados sobre os últimos trinta anos, que na região havia práticas de grilagem de terras públicas no estado do Piauí. Constatou-se, então, o envolvimento de agentes públicos e privados em tal processo, além de conflitos (expulsão) com populações e estruturas agrárias locais (pequenas produções) destinadas à subsistência (Alves, 2009 *apud* Buainain *et al.*, 2014).

A revisão bibliográfica identifica avanços e problemas na região do Matopiba. A seguir, a fim de compreender melhor a região, são destacados indicadores sociais sobre a região e analisados quais destes dados foram mais impactantes na perspectiva em longo prazo.

3 ASPECTOS SOCIAIS DA REGIÃO DO MATOPIBA

Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), o Brasil, em 2013, foi considerado um país de “alto desempenho”, pelo fato de, segundo o documento, o país apresentar políticas públicas que focam nas pessoas. Sendo assim, o Brasil se tornou referência no modelo de desenvolvimento para o mundo, ao implementar programas de transferência de renda, investimentos em sistemas educacionais e oferta universalizada de serviços de saúde. No entanto, o relatório ainda aponta que, apesar dos notórios avanços, os desafios nacionais com a questão da desigualdade ainda persistem (*op. cit.*).

O objetivo desta seção é apresentar a descrição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), paralelo ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), no Matopiba, a fim de comparar com as melhorias nacionais apontadas nesse relatório.

Também é apresentada a prosperidade social no Matopiba, que corresponde à análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social. Além disso, aponta-se para as dimensões acerca da proporção da pobreza e da desigualdade na região.¹⁵

3.1 IDHM da região do Matopiba

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o Brasil apresentou, em 2010, quase 70% dos municípios com IDHM maior que a média brasileira de 2000, e menos de 1% ainda estava abaixo da média de 1991 (PNUD, Ipea e FJP, 2013). Desta forma, observa-se aqui a região do Matopiba, a fim de compreender e analisar a melhoria do IDHM em comparação com o restante do país e com as regiões nas quais o Matopiba está inserido, que são o Norte e o Nordeste.

O IDHM brasileiro, em 2010, de acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotado pelo *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*, como um todo, se encontrava na faixa de alto desenvolvimento humano, melhorando sua classificação em relação aos anos 2000, quando se encontrava na faixa de médio desenvolvimento humano e baixo desenvolvimento humano, em 1991. Nas últimas décadas, o Brasil passou de 0,493, em 1991, para 0,612, em 2000, para atingir o valor atual de 0,727, em 2010. A dimensão que apresentou maior crescimento absoluto entre 1991 e 2010 foi o IDHM Educação (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

Em 1991, mais de 85% dos municípios brasileiros encontravam-se na faixa de muito baixo desenvolvimento humano; em 2000, pouco mais de 70% situavam-se na faixa baixo e muito baixo desenvolvimento humano; em 2010, apenas um quarto (25%) dos municípios brasileiros encontrava-se nessas faixas, sendo que mais de 70% já se situavam na faixa médio e alto desenvolvimento humano. Esses dados ilustram o avanço do desenvolvimento humano no Brasil nas últimas duas décadas (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

Construído por meio da parceria entre o PNUD, o Ipea e a Fundação João Pinheiro (FJP), o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013* (PNUD, Ipea e FJP,

15. Todos os mapas apresentados neste estudo tiveram o suporte técnico de Clayton Gurgel de Albuquerque, geógrafo na Dirur/Ipea. Os autores agradecem todo o auxílio durante a elaboração.

2013) disponibiliza o IDHM. Ao adequar a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais, o IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global (longevidade, educação e renda). Por meio dessa plataforma, disponibilizar-se-ão nessa pesquisa dados referentes ao IDHM da região do Matopiba em 2000 e 2010. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa (UF), um município ou uma região metropolitana (RM).

O indicador revela que houve grande avanço nos dados entre os anos de 2000 e 2010, na região do Matopiba. Em 2000, o IDHM da maioria dos municípios do Matopiba era inferior a 0,499 – ou seja, desenvolvimento humano muito baixo. Pelos levantamentos, 88% dos municípios, 296 no total, se encontravam nessa situação. Por sua vez, em 2010, a maioria dos municípios conseguiu aumentar seu IDHM, para baixo (0,599) e médio (0,699) desenvolvimento humano.

A pesquisa constatou que 161 municípios possuem baixo IDHM (48%) e 160 possuem médio IDHM (47%) em 2010, correspondendo a 95% dos municípios da região. O mapeamento apontou que, do total de municípios com médio IDHM em 2010, o estado do Tocantins representa a grande maioria, enquanto, dos municípios com baixo IDHM em 2010, o estado do Maranhão representa a maioria. Por essa observação, pode-se notar uma melhoria em ambos os estados e na região como um todo, mas no Tocantins a melhoria foi mais significativa do que no Maranhão, pois no Tocantins a maioria dos municípios migrou de uma faixa muito baixo (2000) para médio IDHM (2010), enquanto no Maranhão eles migraram de muito baixo (2000) para baixo IDHM (2010).¹⁶

Os municípios do Piauí tiveram ganhos semelhantes aos do Maranhão. O Piauí possui 33 municípios na região do Matopiba, 25 deles melhoraram seu IDHM de muito baixo (2000) para baixo (2010) e oito municípios melhoraram para médio IDHM (2010), e nenhum município do estado localizado na região do Matopiba possui alto IDHM.

16. Segundo levantamento, dos municípios que melhoraram o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de muito baixo (2000) para baixo (2010), 95 localizam-se no estado do Maranhão e 25, no Tocantins, enquanto, dos municípios que melhoraram o IDHM de muito baixo (2000) para médio (2010), 102 se situam no Tocantins e 36, no Maranhão.

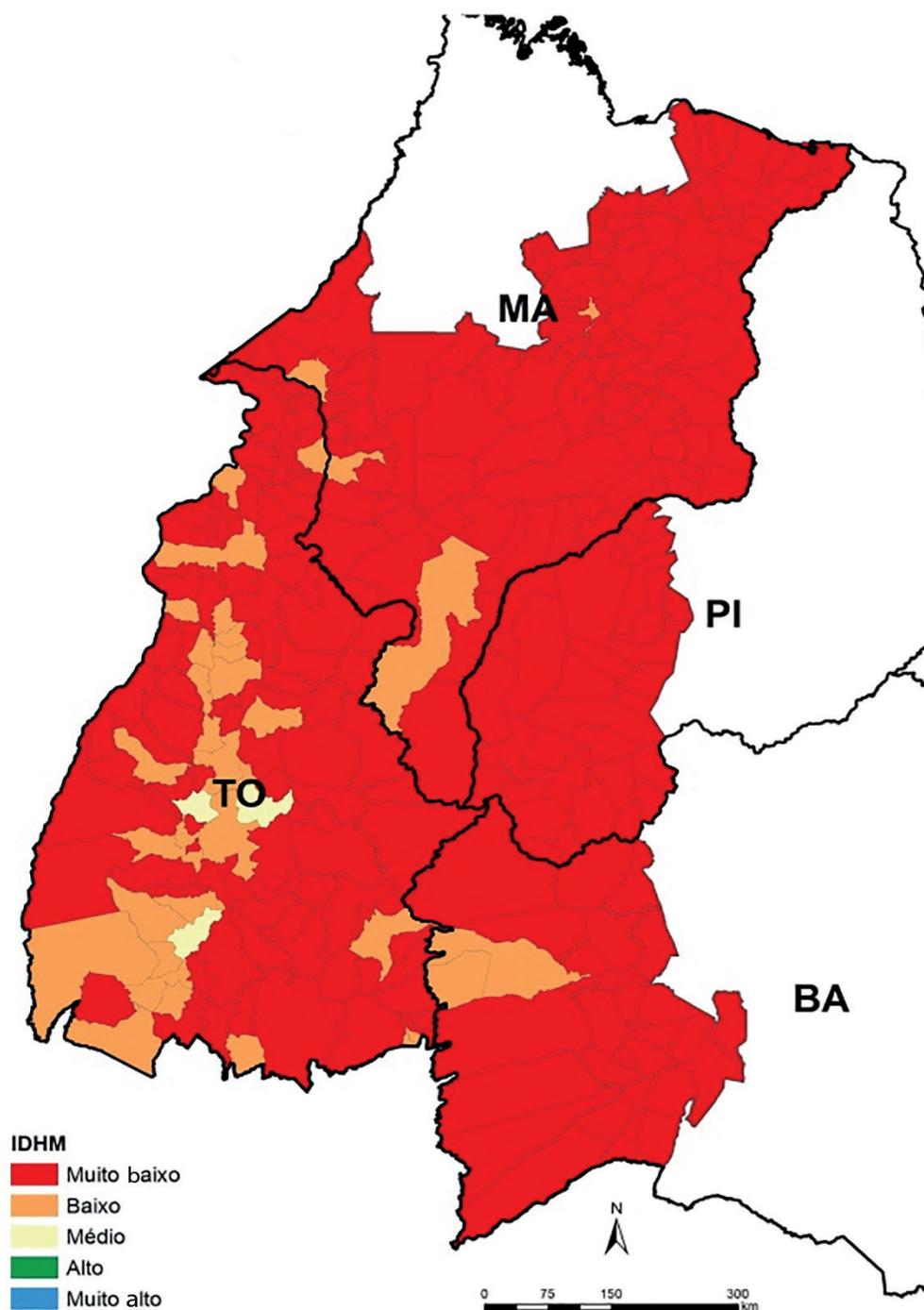
Apesar de o Tocantins ter apresentado melhores índices de 2000 para 2010, algumas regiões do Maranhão tiveram melhorias similares. Chama-se atenção para o caso das duas microrregiões do Maranhão que mais aumentaram seu IDHM, Gerais de Balsas e Porto Franco. Essas microrregiões possuem onze municípios, dos quais seis possuíam muito baixo IDHM, em 2000, e melhoraram para médio IDHM, em 2010; dois municípios, Balsas e Porto Franco, possuíam baixo IDHM (2000) e também atingiram médio IDHM (2010); os demais municípios apresentavam muito baixo IDHM, em 2000, e passaram para a faixa baixo IDHM, em 2010.

Três municípios permaneceram na faixa muito baixo IDHM em 2010, Satubinha, Jenipapo dos Vieiras e Fernando Falcão; todos pertencentes ao estado do Maranhão. E treze alcançaram o índice de alto IDHM (4%). Os municípios que alcançaram alto IDHM são Palmas-TO, Paraíso do Tocantins-TO, Gurupi-TO, Araguaína-TO, Guaraí-TO, Porto Nacional-TO, Pedro Afonso-TO, Imperatriz-MA, Barreiras-BA, Luís Eduardo Magalhães-BA, Alvorada-TO, Colinas do Tocantins-TO e Dianópolis-TO.

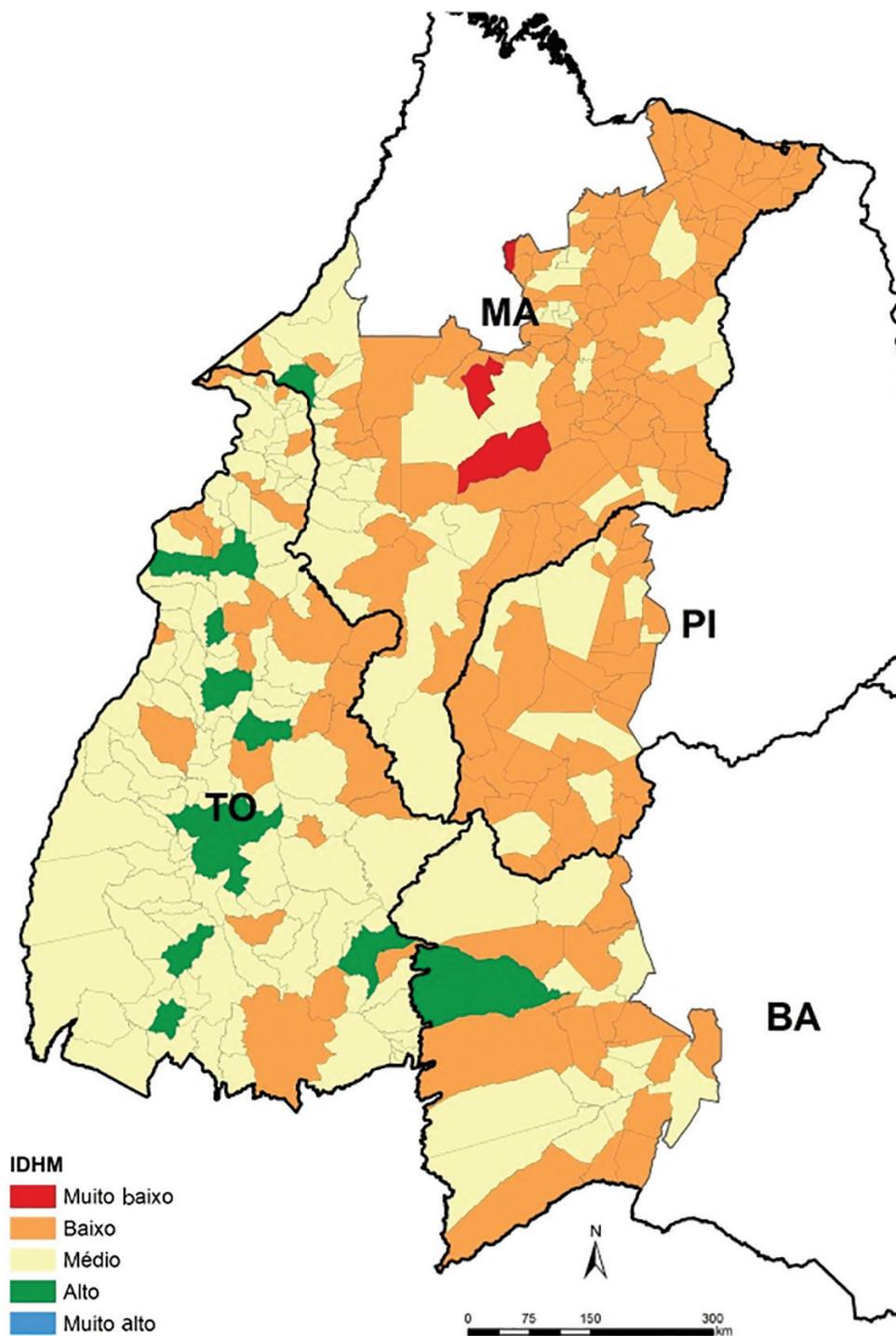
Essa melhoria generalizada do IDHM nos municípios da região do Matopiba constitui um forte indício do possível impacto dessa nova dinâmica econômica trazida pelo agronegócio. Poucos estudos avaliaram a natureza e a magnitude desse impacto. Até recentemente, a maioria dos estudos sobre a dinâmica econômica da exploração agrícola dos cerrados e os consequentes impactos socioeconômicos dessa atividade se concentrava no Centro-Oeste brasileiro.

As microrregiões com o maior IDHM do Matopiba são: Porto Nacional-TO; Gurupi-TO; Araguaína-TO; Rio Formoso-TO; Barreiras-BA; Imperatriz-BA; Miracema do Tocantins-TO; Gerais de Balsas-MA; Porto Franco-MA; e Dianópolis-TO. Entre os maiores IDHM microrregionais, as microrregiões de Dianópolis-TO, Gerais de Balsas-MA e Porto Franco-MA foram as que mais aumentaram seu IDHM entre os anos 2000 e 2010. Interessante observar que essas microrregiões possuem em comum a presença do setor agrícola como setor dinâmico da economia. As microrregiões de Barreiras, Porto Nacional e Gerais de Balsas constituem importantes centros regionais de exploração agropecuária.

MAPA 1
IDHM do Matopiba
1A – 2000



1B – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

Os dados do Matopiba acompanham a variação do índice nacional, no qual a maioria dos municípios do país se encontra com *baixo* e *médio* IDHM. Em 2010, 1.367 municípios possuíam baixo índice de desenvolvimento (aproximadamente 32%) e 2.233, médio IDHM (aproximadamente 53%). Sobre os dados regionais, a região Nordeste apresenta 1.099 municípios com baixo desenvolvimento humano e 647 com médio IDHM; e a região Norte apresenta 226 municípios com médio índice de desenvolvimento e 180 municípios com baixo IDHM (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

Os dados coletados neste estudo sobre a região do Matopiba apresentam forte semelhança com a pesquisa de Buanain e Garcia (2015) sobre o Cerrado nordestino. O pesquisador apontou que 313 municípios no bioma do Cerrado apresentaram um IDHM muito baixo, e apenas quatro municípios registraram um índice qualificado como médio desenvolvimento em 2000. Mas, em 2010, houve uma profunda modificação no IDHM, com apenas quatro municípios sendo qualificados com muito baixo desenvolvimento humano. Todavia, ainda há o predomínio de municípios qualificados com baixo e médio desenvolvimento humano na região, em um total de 344. Por fim, apenas nove municípios foram qualificados com alto desenvolvimento humano.

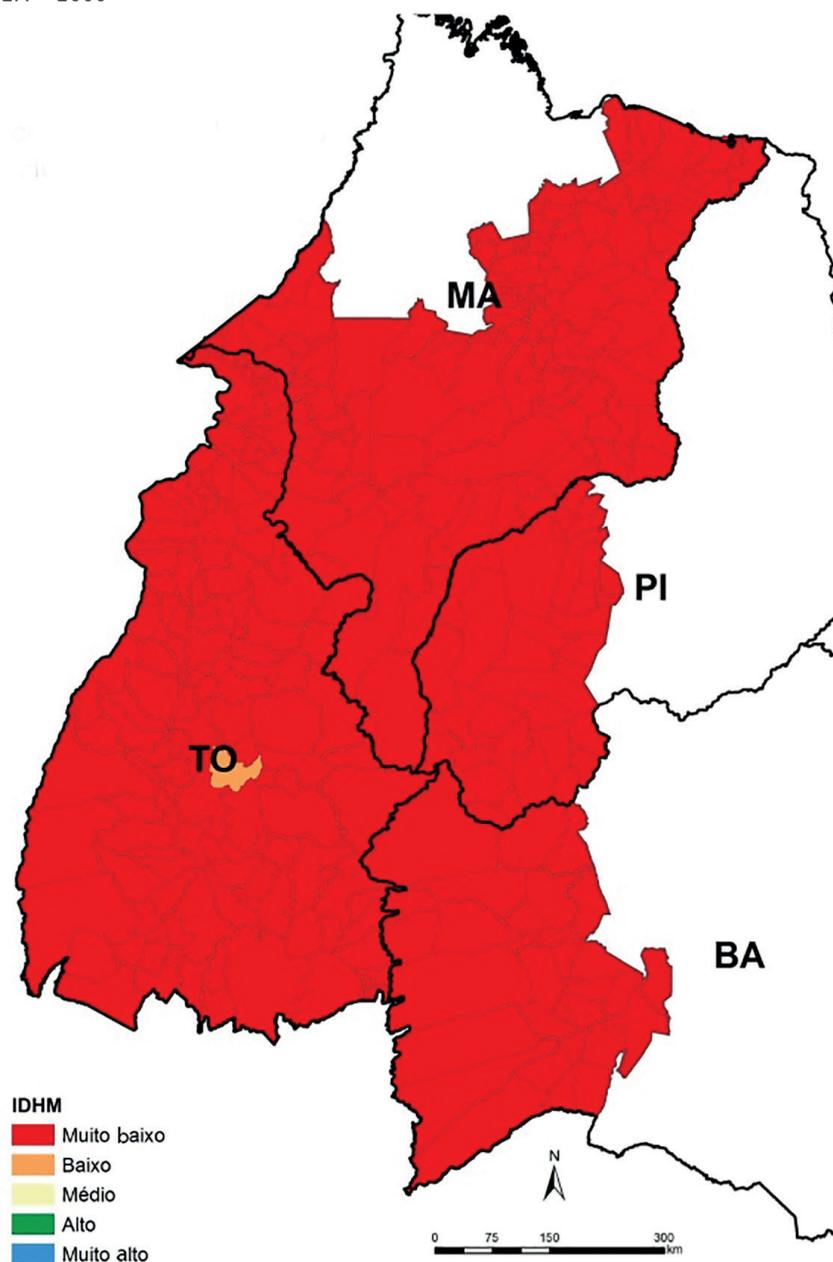
A melhoria no IDHM geral é fruto de uma significativa melhoria no IDHM Educação,¹⁷ o que significa que a população do Matopiba obteve maior acesso ao ensino. Em 2000, apenas um município, Palmas (TO), possuía IDHM Educação superior a 0,5, que corresponde a baixo desenvolvimento humano educacional, e todos os outros possuíam valor inferior; portanto, na faixa de muito baixo índice de desenvolvimento educacional municipal. Em 2010, houve uma significativa melhoria dos índices educacionais na região. No entanto, 47% dos municípios da região ainda possuem IDHM Educação muito baixo; destes, 55% encontram-se no Maranhão. Apesar da melhoria, 145 municípios (43%), parte significativa da região, ainda possuem baixo IDHM Educação nos anos 2010, dos quais 53% estão localizados no Tocantins.

Em 2010, cinco municípios atingiram o indicador de alto IDHM Educação, todos no Tocantins. São eles: Araguaína, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Palmas e Porto Nacional. Dos 26 municípios que atingiram a faixa médio IDHM Educação, 21 localizam-se no Tocantins, quatro no Maranhão (Açailândia, Imperatriz, Pedreiras, Porto

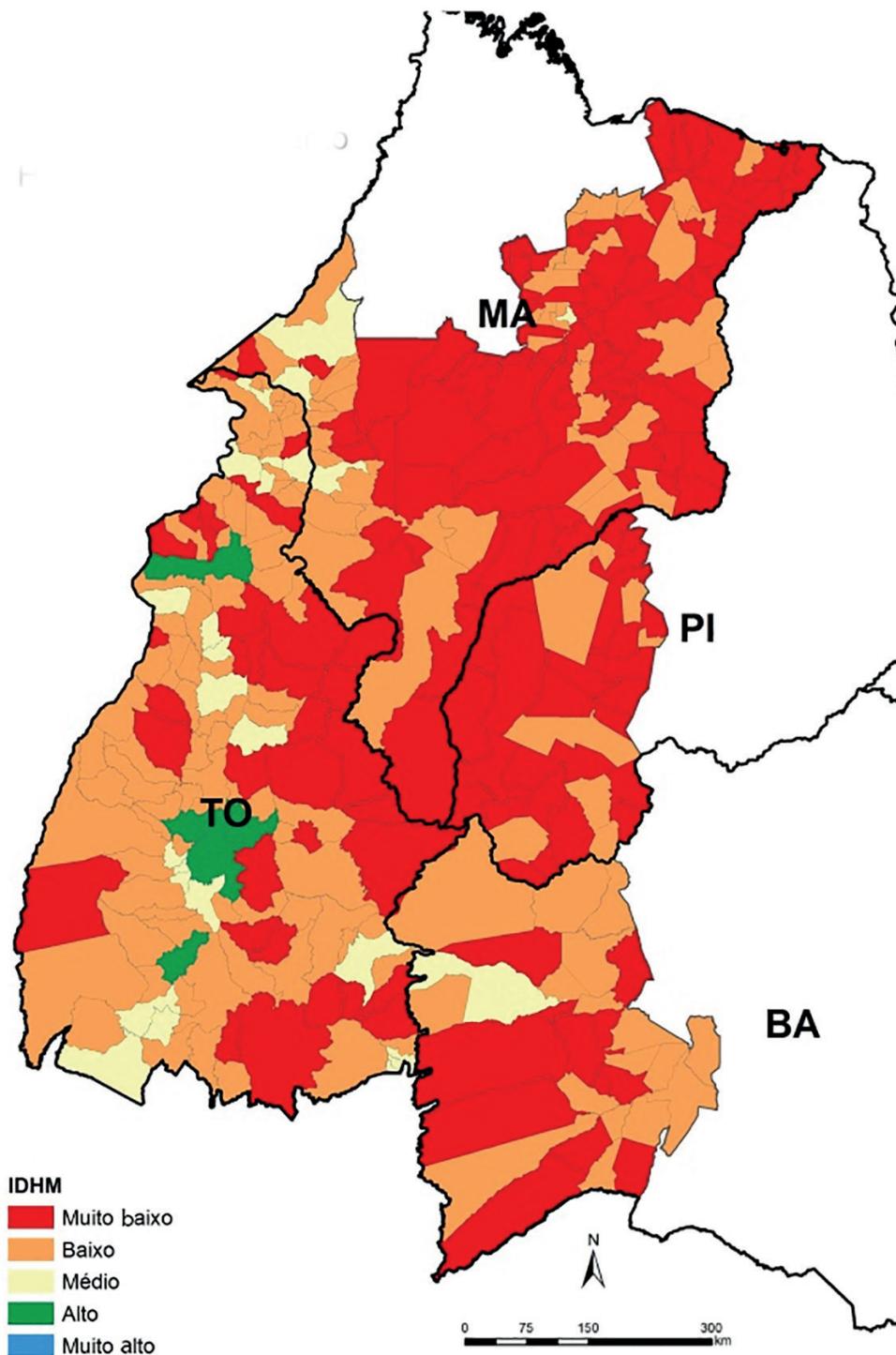
17. Obtido por meio de dois indicadores, a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação.

Franco e Alvorada) e um na Bahia (Barreiras). Os mapas 2A e 2B a seguir correspondem ao IDHM Educação na região do Matopiba, mostrando a diferença visual que corresponde a 2000, no qual prevalece a cor vermelha, e 2010, com pequenas manchas vermelhas na região.

MAPA 2
IDHM Educação do Matopiba
2A – 2000



2B – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

Entre as melhorias, destacam-se os indicadores: diminuição da taxa de analfabetismo, aumento da média de anos de estudo e aumento da taxa de frequência escolar na região. A taxa de analfabetismo mapeada nesta pesquisa representa a razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicado por cem. Desta forma, conclui-se que cerca de 27% dos municípios da região do Matopiba possuíam taxa de analfabetismo de mais de 40% da população com 18 anos ou mais analfabeta, em 2000. A maior concentração estava na taxa entre 20% e 40% – ou seja, 218 municípios do Matopiba (65%) possuíam taxa de analfabetismo entre 20% e 40%. Em 2010, aproximadamente 240 municípios da região do Matopiba (71%) possuíam uma taxa de analfabetismo inferior a 30%, mas 91 municípios ainda apresentavam a taxa de analfabetismo entre 30% e 40%.

A variável *anos de estudo* representa o número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar. Os dados levantados acerca da expectativa de anos de estudo na região do Matopiba mostram que os municípios aumentaram a expectativa em três anos ou mais; isso significa que mais da metade dos municípios do Matopiba possuíam expectativa de anos de estudo entre seis e sete anos. Os dados de 2010 apontam que aproximadamente 90% dos municípios apresentaram expectativa de anos de estudo acima de nove anos. Vale lembrar que a expectativa de anos de estudo é um cálculo que leva em consideração a geração daquele ano e o quanto longe ela pode chegar ao frequentar instituições de ensino.

O aumento da expectativa de anos de estudo é consequência direta do aumento da taxa de frequência líquida do ensino médio entre os anos 2000 e 2010. A taxa de frequência no ensino fundamental variou muito pouco, a grande maioria dos municípios se manteve em mais de 80%. A taxa de frequência no ensino médio é que se alterou muito. Nos anos 2000, mais de 60% dos municípios tinham uma taxa de frequência do ensino médio inferior a 30%. Em 2010, mais de 70% dos municípios aumentaram a taxa de frequência no ensino médio para mais de 40%; destes, metade aumentou para mais de 50%.

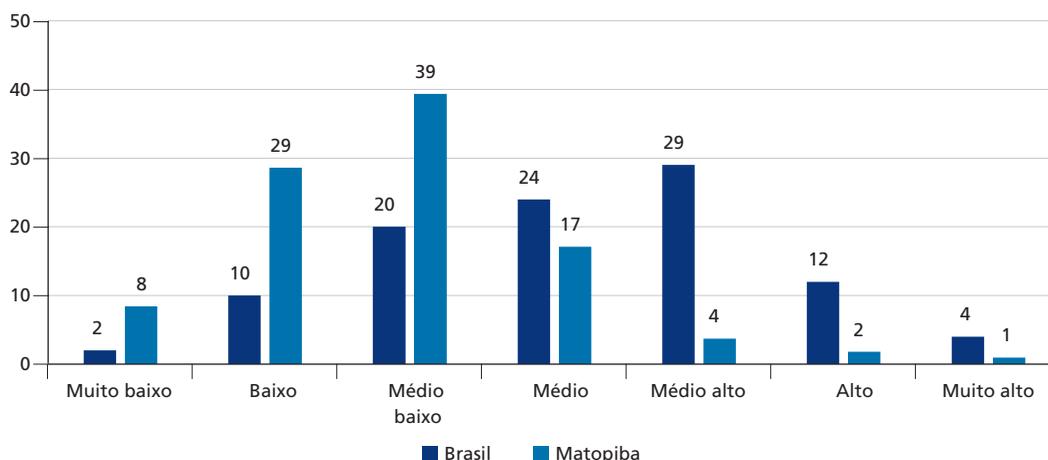
A fim de contextualizar as medidas de aprendizado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) criou, no segundo semestre de 2014, o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (Inse). O objetivo de tal indicador é situar o conjunto dos alunos atendidos por cada escola em um estrato, definido

pela posse de bens domésticos, renda e contratação de serviços pela família dos alunos e pelo nível de escolaridade de seus pais (Inep, 2014).

A base de dados foi constituída a partir das respostas dadas pelos alunos aos questionários contextuais da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também denominada Prova Brasil, e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), referentes a 2011 e 2013. A partir do questionário, elaboraram-se sete níveis socioeconômicos. No Brasil, 68% dos alunos estão classificados nos níveis 4 e 5, considerado médio. Nos níveis mais baixos (1, 2 e 3), tem-se 15,9% dos alunos; nos mais altos (6 e 7), 15,5% dos estudantes.

O nível socioeconômico da escola foi definido como a média aritmética simples da medida de nível socioeconômica de seus respectivos alunos. As escolas também foram classificadas em sete níveis, a saber: muito baixo, baixo, médio baixo, médio, médio alto, alto e muito alto. O Inse nacional aponta que 29% das escolas brasileiras possuem um Inse médio alto, 24%, médio e 20%, médio baixo. Na região do Matopiba, 17% das escolas possuem Inse médio, 39%, médio baixo e 29%, baixo. O gráfico 2 a seguir mostra a porcentagem de escolas por classificação Inse em 2013.

GRÁFICO 2
Escola por Inse – Brasil (2013)
(Em %)



Fonte: Inep (2014).

De modo geral, o nível socioeconômico das escolas, por estar diretamente relacionado com o nível socioeconômico dos alunos, possui correspondência e, por isso, consegue captar as condições sociais e econômicas dos municípios em que estão presentes. Desta forma, escolas com Inse muito baixo possuem alunos situados nos níveis socioeconômicos 1 e 2, que são os mais baixos, que, por sua vez, estão presentes em municípios menos desenvolvidos.

Na região Norte, 11% das escolas apresentam Inse médio alto, 32%, médio, 31%, médio baixo e 14%, baixo. Na região Nordeste, 23% das escolas possuem Inse médio, 41%, médio baixo e 24%, baixo. Essas regiões possuem dados semelhantes à da região do Matopiba. Os dados nacionais apresentam semelhança com as demais regiões, nas quais a concentração de escolas se dá no nível médio e médio alto. Na região Centro-Oeste, 41% das escolas possuem Inse médio e 34%, médio alto. Na região Sul, 18% das escolas apresentam Inse médio, 48%, médio alto e 25%, alto. Na região Sudeste, 21% das escolas possuem Inse médio, 47%, médio alto e 17%, alto.

Os dados também apontam para diferenças entre o Inse no que se refere à localização rural e urbano. Das escolas rurais, 54% possuem Inse baixo, 24%, muito baixo e 20%, médio baixo. Nas escolas urbanas, 24% delas possuem Inse médio, 47%, médio baixo e 18%, baixo – ou seja, o nível socioeconômico das escolas rurais, e consequentemente o padrão de vida de seu público, é consideravelmente inferior ao padrão urbano, que, como já observado, também é inferior ao nacional, mas correspondente com as regiões em que o Matopiba está inserido (Norte e Nordeste).

No âmbito do Sistema Federal de Ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é constituída pelas seguintes instituições: institutos federais de educação, ciência e tecnologia; centros federais de educação tecnológica; escolas técnicas vinculadas às universidades federais (ETVs); Universidade Tecnológica Federal do Paraná; e Colégio Pedro II.

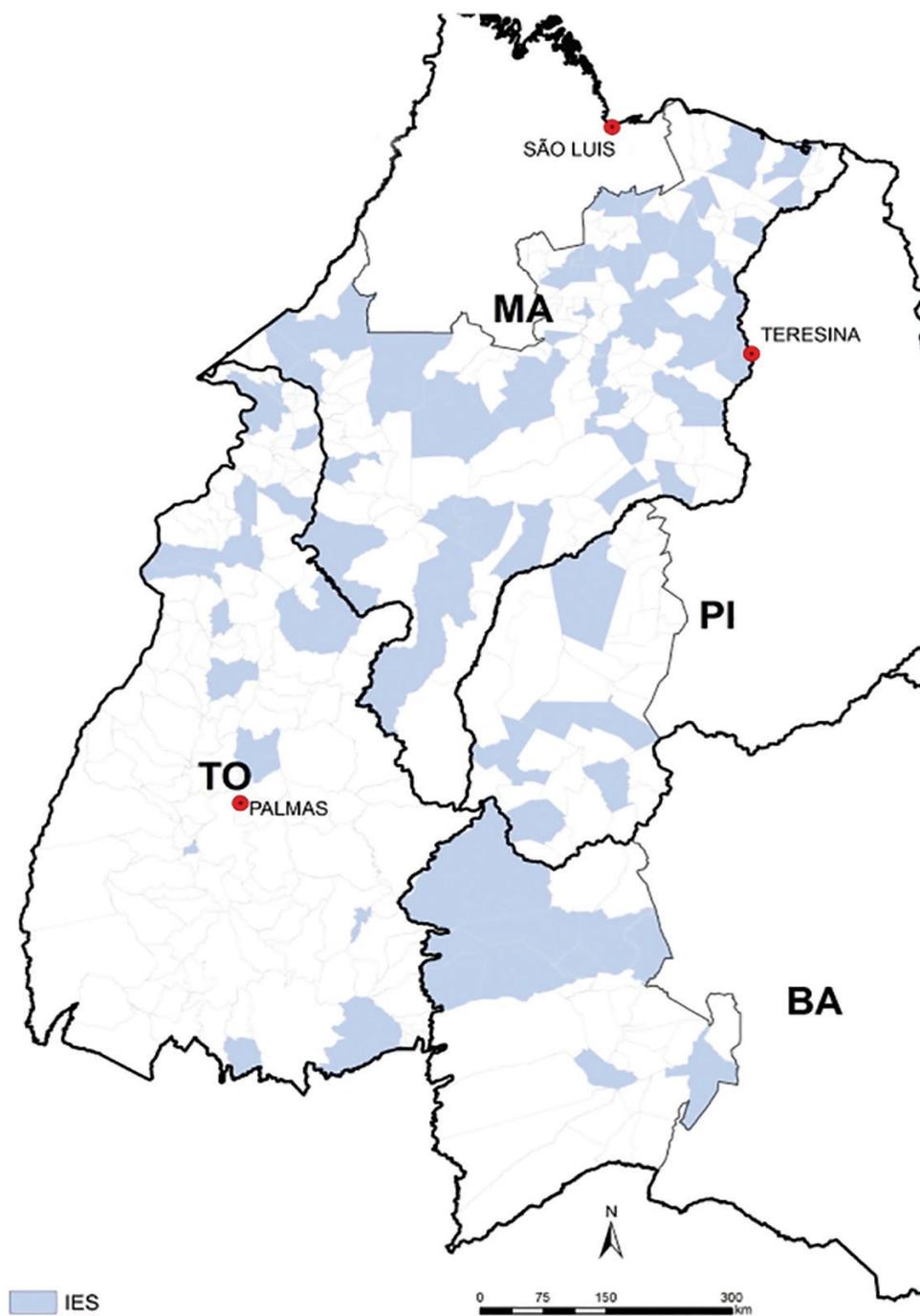
Entre 2003 e 2016, o MEC concretizou a construção de mais de quinhentas novas unidades de ensino ligadas à RFEPCT, referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento. São 38 institutos federais presentes em todos os estados, os quais oferecem cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

A região do Matopiba conta com 158 instituições de ensino superior (IES), entre universidades públicas e privadas e institutos federais. O mapeamento dessas instituições foi feito por meio de consulta por município no *site* do MEC e inclui apenas instituições na modalidade presencial. O e-MEC¹⁸ de instituições e cursos de educação superior é a base de dados oficial relativa às IES e aos cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino; entretanto, as informações relacionadas ao e-MEC são declaratórias e de responsabilidade exclusiva das instituições de ensino.

As instituições estão localizadas em 68 municípios da região. O estado do Maranhão possui 37 IES; no Tocantins, quinze municípios possuem, juntos, 53 IES; na Bahia, dez municípios possuem um total de 22 IES; no Piauí, há nove IES, distribuídas em cinco municípios. Existem 91 instituições públicas distribuídas em sessenta municípios na região do Matopiba. Entre essas instituições, tem-se os institutos federais, os quais totalizam 23 *campi*, além de 44 *campi* de universidades estaduais e 25 *campi* de universidades federais. As universidades e as faculdades privadas somam 65 instituições de ensino superior na região do Matopiba e estão presentes em 27 municípios. O mapa 3 apresenta os municípios do Matopiba que possuem IES.

18. e-MEC: instituições de educação superior e cursos cadastrados. Disponível em: <<https://goo.gl/WJbA>>. Acesso em: jan. 2017.

MAPA 3
Municípios que possuem instituição de ensino superior – Matopiba (2014)



Fonte: MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>.
Elaboração dos autores com o suporte técnico de Clayton Gurgel de Albuquerque, geógrafo na Dirur/pea.

Elaborado por meio da análise de dados dos censos demográficos do IBGE, o IDHM Longevidade é um indicador que mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade. O IDHM Longevidade também teve significativa melhoria entre os anos 2000 e 2010, na região do Matopiba. Esse indicador sintetiza o nível de mortalidade e os riscos de morte que podem atingir a população dos municípios e reflete com bastante aproximação as condições socioeconômicas da população. O aumento no IDHM Longevidade pode sugerir uma melhoria das condições de vida e de acesso a serviços de saúde da população. No Brasil, também está diretamente associado às substanciais quedas da fecundidade e da mortalidade infantil (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

O IDHM Brasil passou de médio (0,662), em 1991, para alto (0,727), em 2000, chegando, em 2010, ao nível de desenvolvimento humano muito alto na dimensão longevidade (0,816). Esse aumento corresponde a um ganho de 9,2 anos na expectativa de vida dos brasileiros ao nascer. Segundo PNUD, Ipea e FJP (2013), o maior crescimento do IDHM Longevidade observado no país se deu na região Nordeste, pois, dos 693 municípios que apresentaram crescimento muito acima da média, 619 deles localizavam-se na região Nordeste, principalmente nos estados da Bahia, do Maranhão, do Piauí e da Paraíba. Os demais 75 municípios estão localizados no estado do Tocantins, na região Norte.

Em 2000, a maioria dos municípios da região do Matopiba concentrava-se na faixa de médio IDHM Longevidade (77%). Já em 2010, a concentração estava na faixa de alto IDHM Longevidade, com 259 municípios (77%), e 71 municípios (21%) apresentaram IDHM Longevidade na faixa muito alto. O relatório aponta que 42% dos municípios brasileiros possuíam IDHM Longevidade acima da média nacional em 2010. No entanto, em 2000, apenas onze municípios da região do Matopiba apresentavam IDHM Longevidade maior que a média nacional e, em 2010, 34 municípios apresentavam esse índice maior que o nacional. Portanto, apesar da significativa melhoria, a grande maioria (90%) dos municípios possui IDHM Longevidade inferior ao observado no país (0,816).

Os 34 municípios que apresentam o IDHM Longevidade maior que a média nacional são Luís Eduardo Magalhães (0,826), na Bahia; e Pedro Afonso (0,846), Alvorada (0,843), Gurupi (0,843), Guarái (0,839), Paraíso do Tocantins (0,831),

Palmas (0,827), Porto Nacional (0,826) e Araguaína (0,821), no Tocantins. Portanto, o estado do Tocantins é o que se destaca com a maior quantidade de municípios com maiores crescimentos no IDHM Longevidade (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

Além do IDHM Educação e Longevidade, o padrão de vida é medido por meio do IDHM Renda. Esse indicador representa a renda municipal *per capita* – ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados para compor tal indicador também são dos censos demográficos do IBGE. Esse indicador será trabalhado nas próximas seções. A seguir, descrevem-se dados da região do Matopiba sobre vulnerabilidade social dos municípios.

3.2 Índice de Vulnerabilidade Social Municipal da região do Matopiba

Buscando complementar a análise, são levantados os dados contidos no *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros* (Costa e Marguti, 2015), plataforma de consulta ao Índice de Vulnerabilidade Social de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação, vinte regiões metropolitanas e suas respectivas unidades de desenvolvimento humano (UDHs).¹⁹ O IVS oferece um panorama da vulnerabilidade social e da exclusão social de municípios, estados e RMs.

O IVS e o IDHM são índices que se complementam, e o objetivo de ambos é instrumentalizar a sociedade – ou seja, fornecer informações de qualidade no âmbito municipal e metropolitano. Portanto, são ferramentas que permitem mais entendimento sobre as diversas realidades, além de apoiar a gestão pública e fortalecer capacidades locais. Ao contrário do IDHM, em que os índices que se aproximam de 1,00 correspondem à faixa muito alto, no IVS, a aproximação de 0,00 indica a baixa vulnerabilidade social.²⁰ Os três subíndices que o compõem são: *i*) infraestrutura urbana; *ii*) capital humano; e *iii*) renda e trabalho. O IVS representa um instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional.

19. Para mais informações, ver o *link* disponível em: <goo.gl/sS9tUr>.

20. Para os municípios que apresentam o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social (Costa e Marguti, 2015).

Segundo dados do *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros* (Costa e Marguti, 2015), em 2000, o Brasil apresentava IVS igual a 0,446. Este valor indica que o país se encontrava na faixa da alta vulnerabilidade social. Passados dez anos, a vulnerabilidade social é reduzida a 0,326, trazendo o país para a faixa do médio IVS. Sendo que, de acordo com o estudo, a dimensão do IVS que apresenta maior evolução no período é o IVS Renda e Trabalho, que abarca indicadores de insegurança de renda e de precariedade nas relações de trabalho.

Nos anos 2000, na maior parte dos municípios brasileiros, predominava a mais alta vulnerabilidade social, sendo que apenas em algumas áreas do país, particularmente no estado de São Paulo, os municípios estavam em condições de baixa vulnerabilidade. Dez anos depois, observa-se a ocorrência de um significativo avanço dos indicadores de vulnerabilidade social no país. De acordo com o *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros*, ainda há concentração de municípios na faixa da muito alta vulnerabilidade social na região Norte – o estudo destaca o caso dos estados do Acre, do Amazonas, do Pará, do Amapá e de Rondônia – e no Nordeste – caso dos estados do Maranhão, de Alagoas e de Pernambuco, além de algumas porções do território baiano (Costa e Marguti, 2015).

De acordo com os dados do *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros* (Costa e Marguti, 2015), 45% dos municípios brasileiros possuíam alta vulnerabilidade social nos anos 2000; em 2010, esse percentual é de 14%. A maior concentração de municípios está na faixa de baixa vulnerabilidade, (1.699) 31% dos municípios.

No Matopiba, tanto o IVS como o IDHM, entre os anos de 2000 e 2010, apresentaram redução da vulnerabilidade social – ou seja, a região está menos vulnerável; portanto, as condições sociais estão menos precárias. Nos anos 2000, 316 municípios da região possuíam índice de vulnerabilidade na faixa que corresponde ao nível muito alto, representando 93% dos municípios. Em 2010, houve redução desse número, mas 135 municípios ainda se mantêm com vulnerabilidade social muito alta, representando 40% dos municípios da região. Destes municípios que ainda se mantêm com vulnerabilidade social muito alta, 70% estão localizados no estado do Maranhão.

Em 2010, 110 municípios do Matopiba (32%) se encontravam na faixa de alta vulnerabilidade social, com destaque para os municípios da Bahia e do Piauí.

Dos trinta municípios baianos que compõem o Matopiba, vinte possuem alta vulnerabilidade social. Já no Piauí, trinta municípios dos 33 que fazem parte da região também se encontram nesta faixa. A faixa de média vulnerabilidade representava 20% dos municípios da região, sendo que a grande maioria se localizava no Tocantins, o que em números absolutos significa sessenta dos 74 municípios.

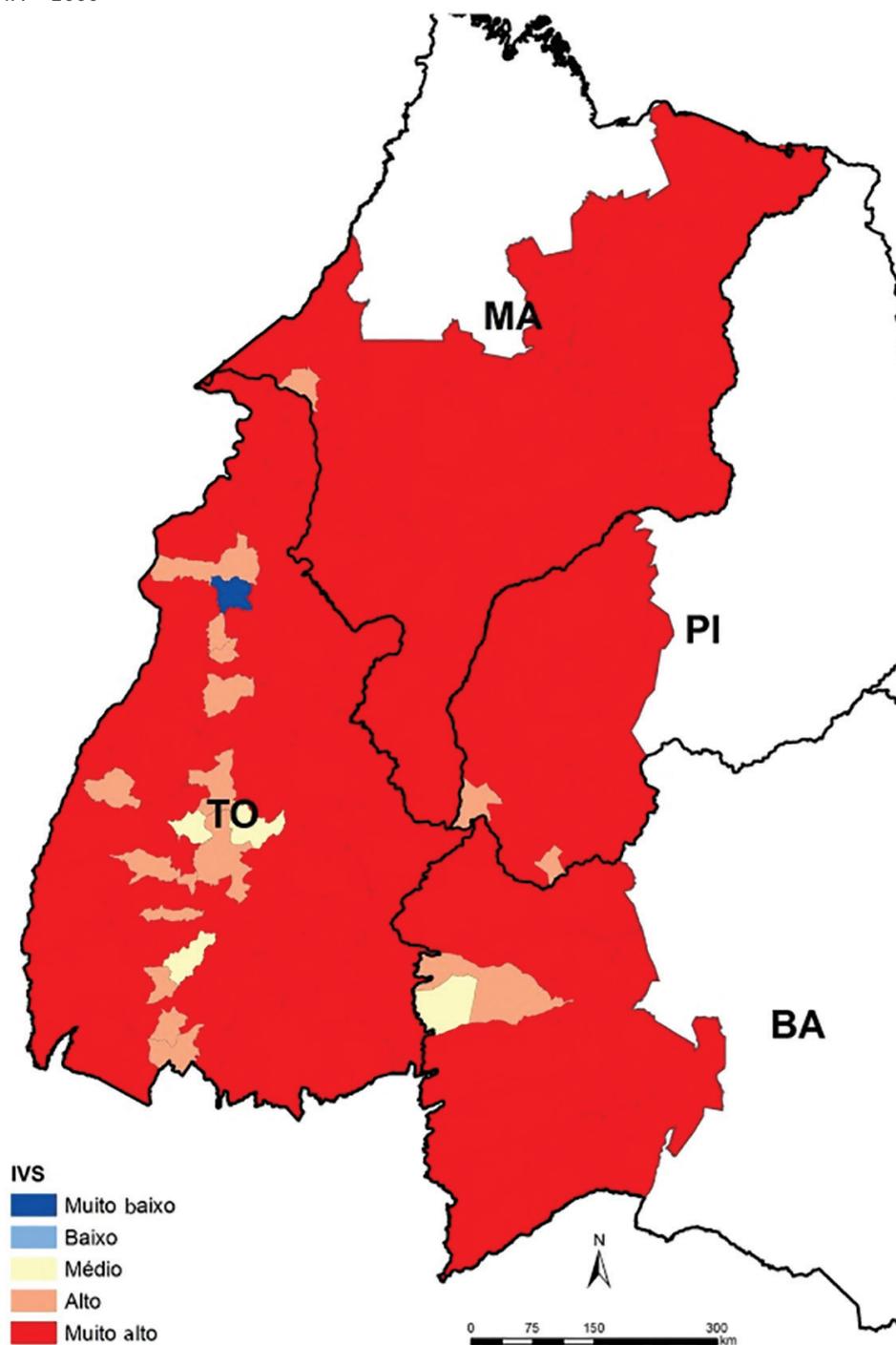
Dessa forma, a análise do IVS reforça o que foi apresentado no início deste mapeamento, como observado no IDHM, que os municípios do estado do Tocantins tiveram significativa melhoria em relação aos municípios dos demais estados que compõem a região. Ressalta-se que alguns municípios podem ter diminuído sua condição de vulnerabilidade, mas não mudaram de faixas, como os 46 municípios do Maranhão. Também se chama atenção para alguns municípios que aumentaram seu grau de vulnerabilidade; tais municípios representam exceção, e uma análise mais aprofundada sobre os motivos que explicam o aumento da vulnerabilidade foge ao escopo deste trabalho.

Nos anos 2000, Barreiras (BA) era a microrregião que possuía o menor IVS (0,433), seguido por Porto Nacional (0,449), Gurupi (0,459), Rio Formoso (0,490), e Araguaína (0,517) no Tocantins. Nos anos 2010, essas microrregiões se mantiveram com o menor índice de vulnerabilidade, mas, se se comparar os números, observa-se que a microrregião da décima posição possui IVS inferior à primeira microrregião de 2000. A seguir, os mapas 4A e 4B mostram os dados do IVS por município nos anos 2000 e 2010.

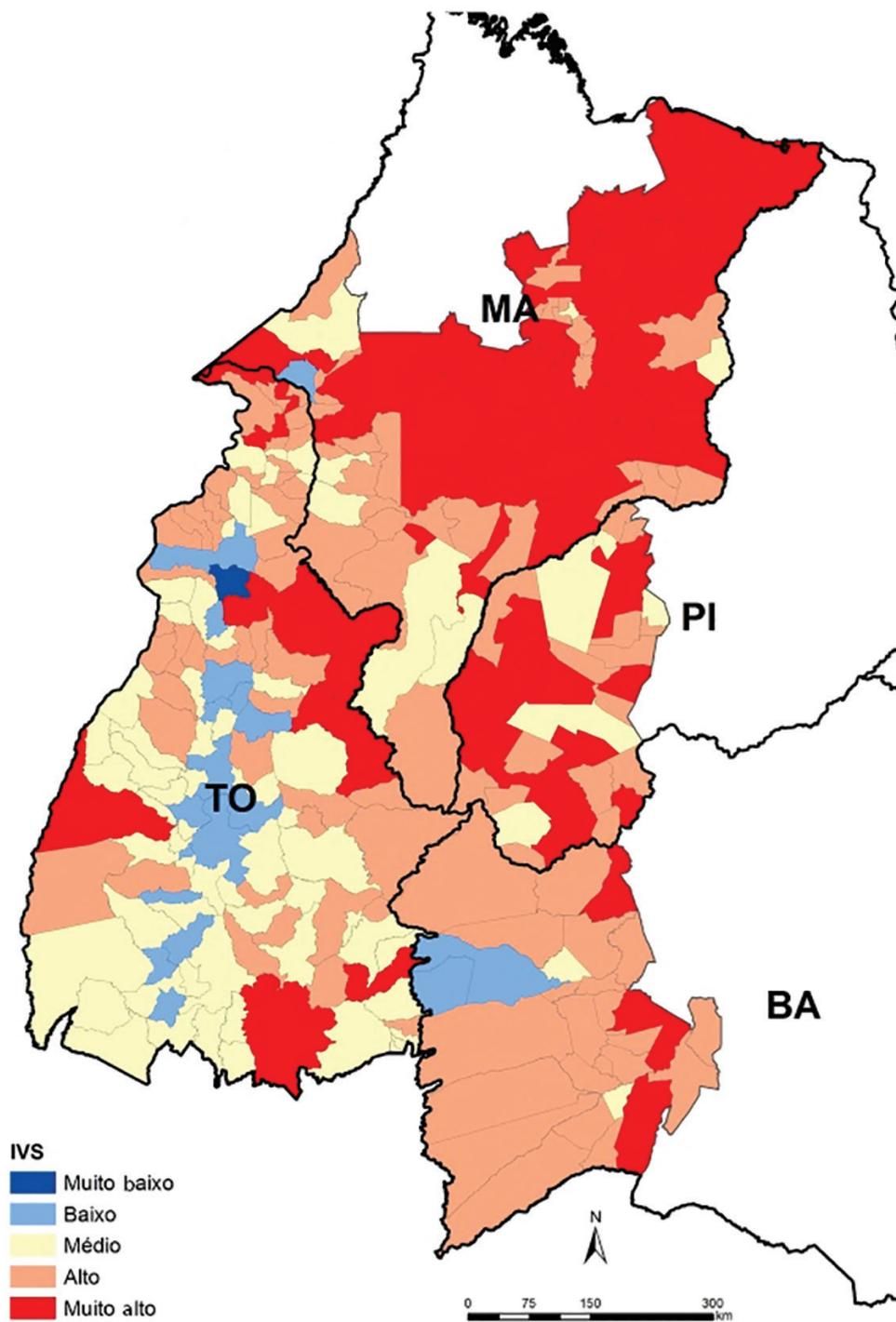
MAPA 4

Índice de Vulnerabilidade Social da região do Matopiba (2000 e 2010)

4A – 2000



4B – 2010



Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (Costa e Marguti, 2015).

As melhorias na infraestrutura urbana foram o que mais impactou na redução da vulnerabilidade social no caso da região do Matopiba. Entre essas melhorias, estão o aumento de redes de abastecimento de água, bem como de serviços de esgotamento sanitário e de coleta de lixo no território; também o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda contribuiu para a melhoria do índice.

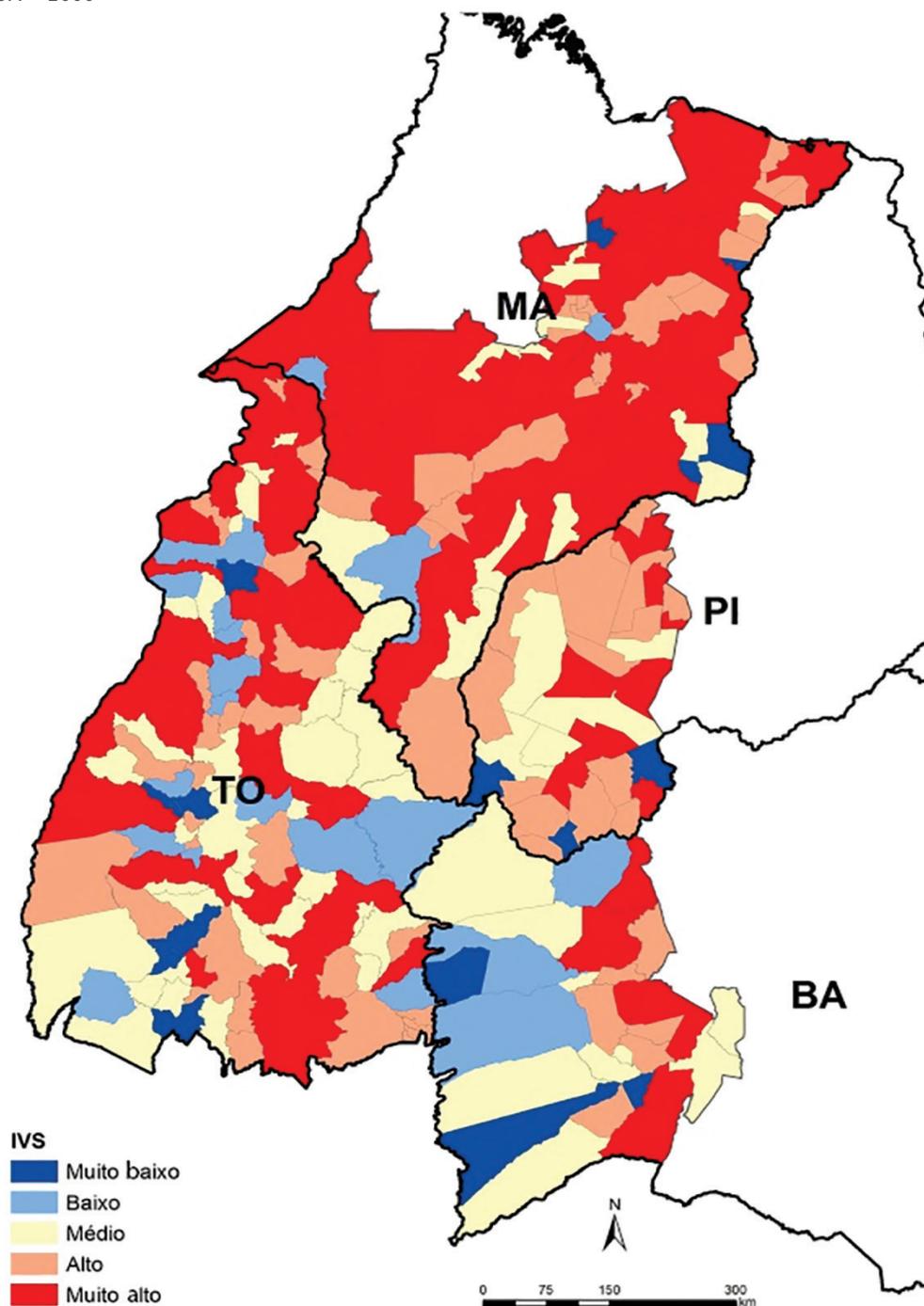
Nos anos 2000, dos municípios que compõem o Matopiba, 177 (52%) possuíam a vulnerabilidade de infraestrutura urbana muito alta. Já em 2010, esse número se reduziu para 83 (24%) municípios. Em 2000, dos municípios que compunham essa faixa do IVS, 95 localizavam-se no Maranhão (53%). As análises apontam para maior equilíbrio entre as faixas, pois houve aumento do número de municípios que compunham a faixa baixa e muito baixa vulnerabilidade.

Com destaque para os municípios do Tocantins, pois, no Matopiba, dos 94 municípios que apresentam vulnerabilidade em infraestrutura urbana muito baixa, 65 localizam-se neste estado. Também é possível observar que a grande maioria dos municípios em condições de alta e muito alta vulnerabilidade se encontra no Maranhão, 71% do estado. Enquanto, na mesma proporção, os municípios do Tocantins apresentam baixa e muito baixa vulnerabilidade. Os demais estados possuem municípios em todas as faixas de vulnerabilidade de forma proporcional. A seguir, os mapas 5A e 5B mostram a melhoria na infraestrutura urbana na região do Matopiba.

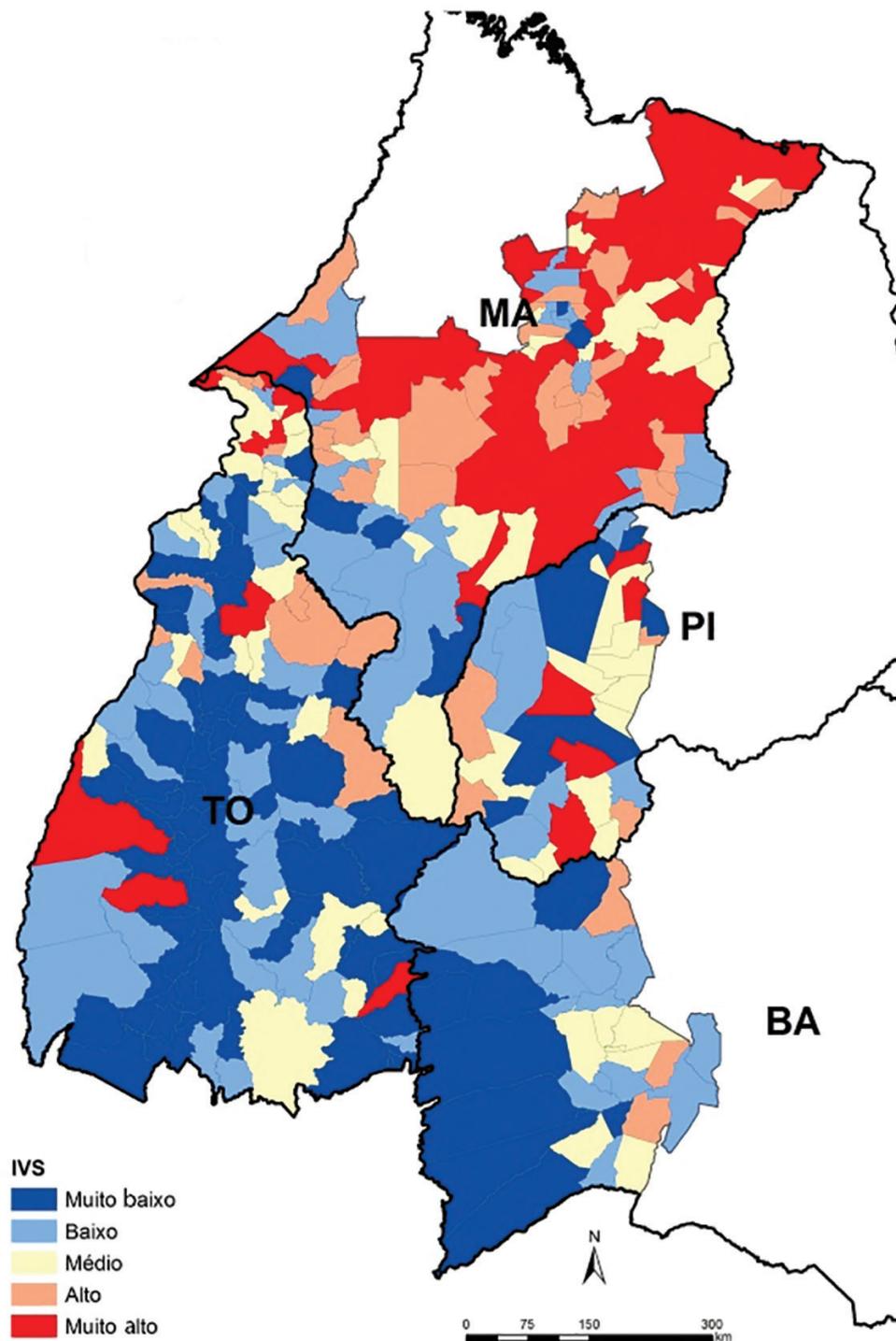
MAPA 5

Índice de Vulnerabilidade Social da região do Matopiba – infraestrutura urbana

5A – 2000



5B – 2010



Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (Costa e Marguti, 2015).

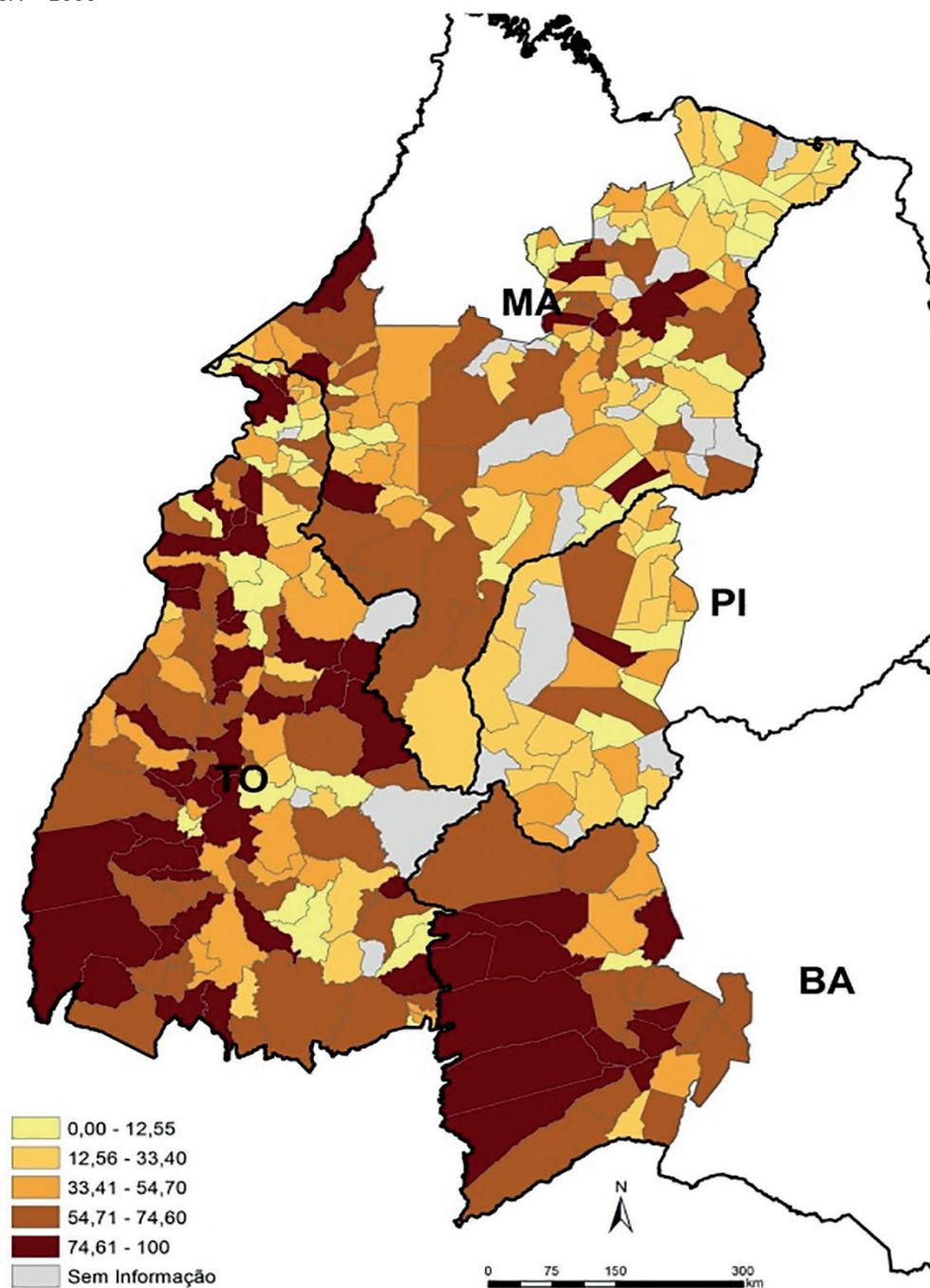
No que diz respeito à infraestrutura urbana, o aumento da cobertura da população com acesso a coleta de lixo contribuiu de maneira significativa para a melhoria do índice. Em 2000, segundo levantamento deste estudo, noventa municípios do Mato-piba apresentavam boa porcentagem da população com acesso a coleta de lixo – ou seja, acima de 75% da população. Em 2010, o número de municípios com esse desempenho aumentou para 247; portanto, aumentando a cobertura/abrangência do serviço. Nota-se que o número de municípios que possuía mais de 70% da população com acesso a coleta de lixo mais que dobrou de 2000 para 2010; isso significou um aumento de 174% dos municípios com boa cobertura deste serviço. A seguir, apresenta-se o mapa 6, com o percentual populacional de domicílios com coleta de lixo.

MAPA 6

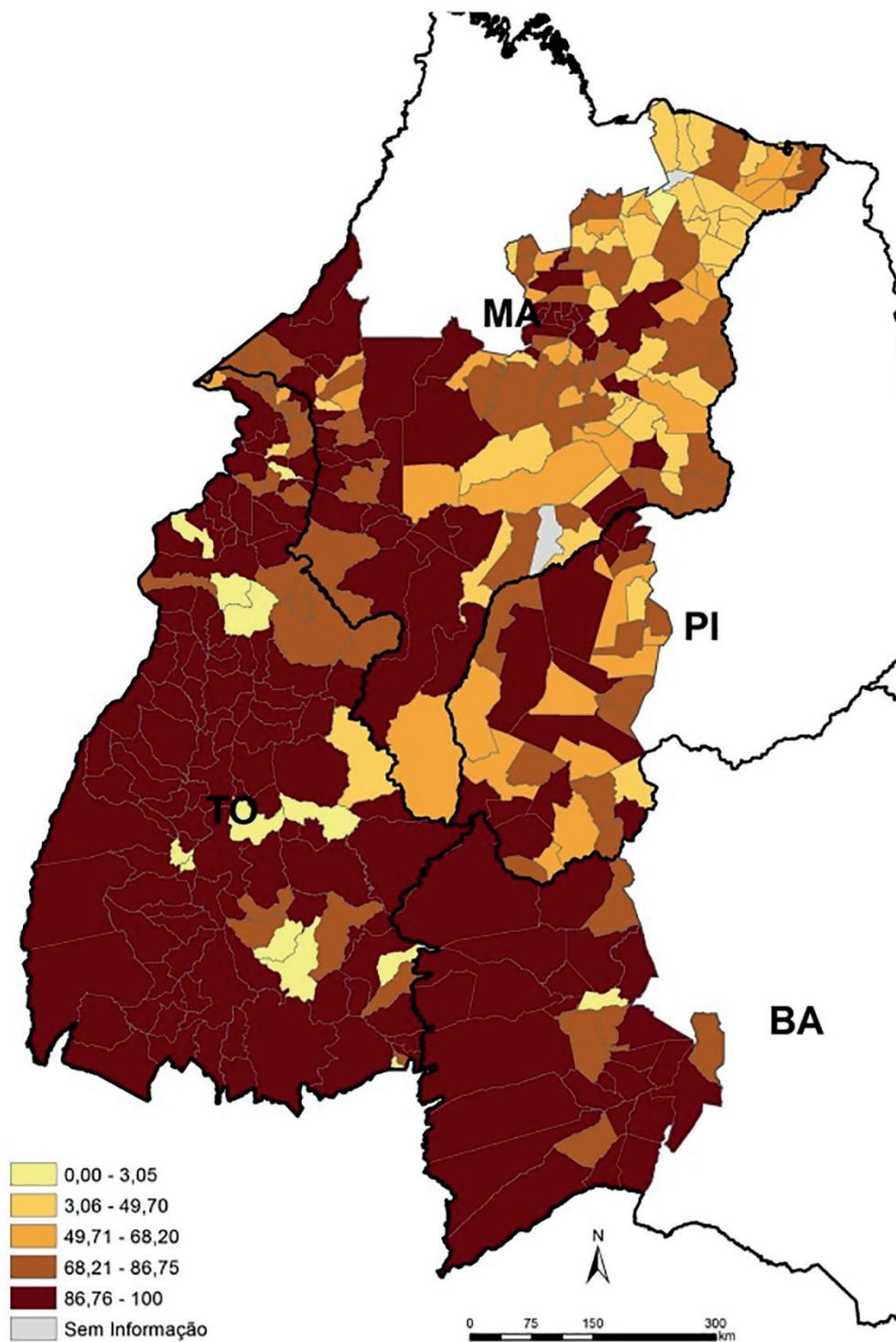
População municipal em domicílios com coleta de lixo da região do Matopiba

(Em %)

6A – 2000



6B – 2010



Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Disponível em: <<https://goo.gl/DTIGCx>>.

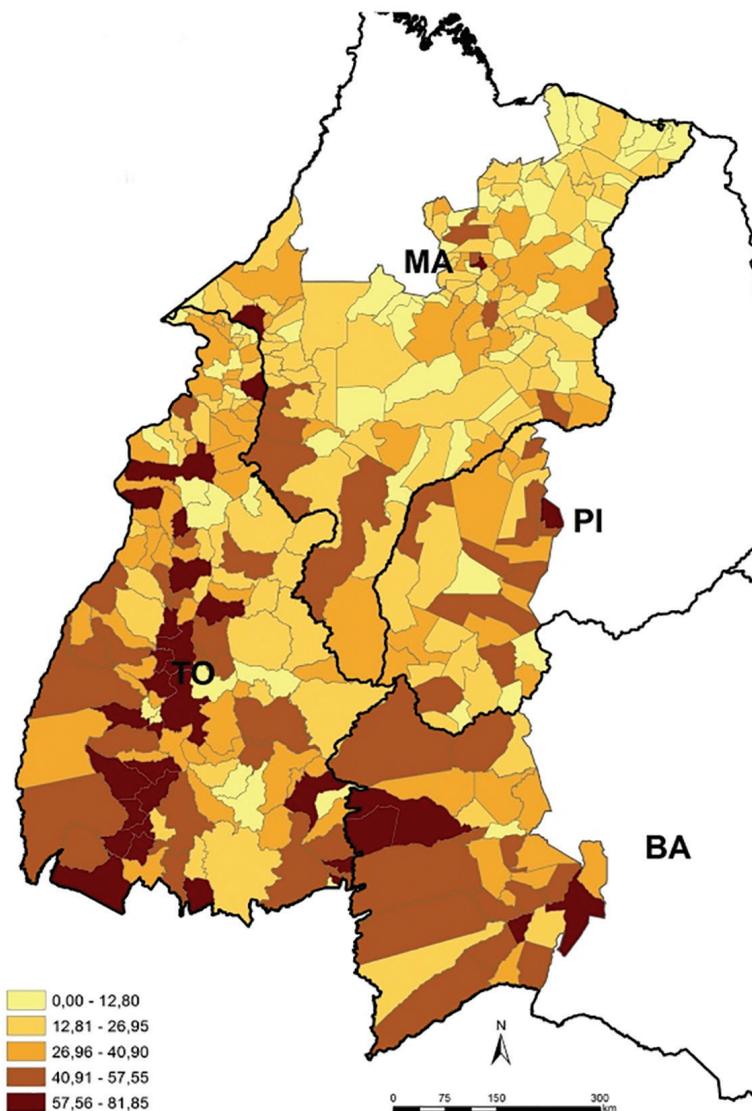
Quando se compara com os anos 2010, tem-se 266 municípios com mais de 75% da população residente em domicílios com água encanada, o que em 2000 representava apenas cinco municípios. Desta forma, pode-se constatar melhorias muito significativas e que demonstram de fato o porquê do IVS Infraestrutura Urbana contribuir diretamente para a redução da vulnerabilidade social na região do Matopiba. A seguir, apresenta-se o mapa 7, acerca do percentual populacional em domicílios com água encanada.

MAPA 7

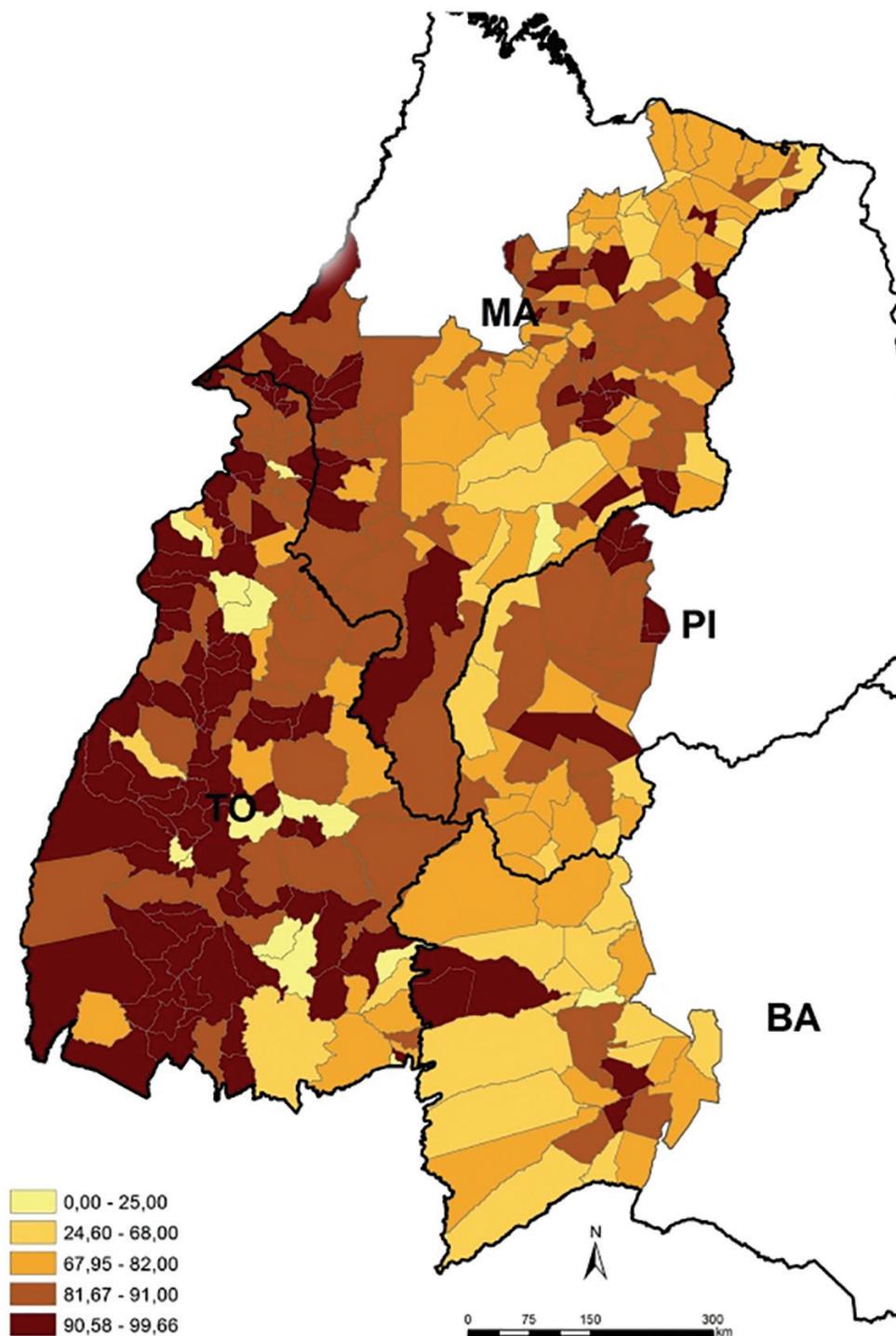
População em domicílio com água encanada da região do Matopiba

(Em %)

7A – 2000



7B – 2010



Fonte: Datasus. Disponível em: <<https://goo.gl/DTIGCx>>.

A porcentagem da população residente em domicílio com água encanada foi outro aspecto que contribuiu, de maneira expressiva, para a melhoria das condições de infraestrutura urbana. Os apontamentos deste estudo indicam que 278 municípios da região do Matopiba possuíam menos da metade de sua população residente em domicílio com água encanada. Deste total, 138 apresentavam dados entre 12% e 33% da população residente em domicílios com água encanada.

3.3 Prosperidade social do Matopiba

A prosperidade social é a análise integrada do desenvolvimento humano (IDMH) com a vulnerabilidade social (IVS); ou seja, é a ocorrência simultânea de municípios que se encontram nas faixas de alto desenvolvimento humano com baixa vulnerabilidade social. O cruzamento das faixas do IDHM e do IVS, que gera a prosperidade social.

O IDHM corresponde ao processo de ampliação de liberdades das pessoas no que tange às capacidades e oportunidades com as quais elas se deparam na sociedade e que lhes permitem, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam. De forma complementar ao que o IDHM retrata, o IVS dá destaque a um amplo conjunto de indicadores de situações que traduzem e refletem condições menos favoráveis de inserção social, refletindo a trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, seja em termos do capital humano, seja em termos de sua inserção no mundo do trabalho e da produção, ou em termos de suas condições de moradia e da infraestrutura urbana (Costa e Marguti, 2015).

De acordo com o *Atlas da Vulnerabilidade Social dos Municípios Brasileiros* (Costa e Marguti, 2015), a prosperidade social representa uma situação em que o desenvolvimento humano se apoia em bases sociais mais fortes/completas, no qual o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população são tão presentes, que há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas também das condições de vida no meio social.

O cruzamento das faixas do IDHM e do IVS, que gera a prosperidade social dos municípios brasileiros e da região do Matopiba, são apresentados nos quadros, a seguir. Os quadros 1 e 2 estão apontando o número de municípios brasileiros que se encontram em cada faixa (cor) da prosperidade social em 2010, sendo o quadro 1 referente aos municípios brasileiros e o quadro 2, aos municípios que pertencem à região do Matopiba.

Nas faixas mais elevadas da prosperidade social (alta e muito alta), em 2010, há um total de 2.559 municípios (45%), que possuem médio ou alto/muito alto desenvolvimento humano, com média ou baixa/muito baixa vulnerabilidade social. No outro extremo do quadro 1, nas faixas mais baixas da prosperidade social (baixa e muito baixa), em 2010, concentram-se 2.081 municípios (37%), que apresentam baixo/muito baixo ou médio desenvolvimento humano, combinados com alta/muito alta ou média vulnerabilidade social. A faixa de média prosperidade social, em 2010, congrega outros 925 municípios.

QUADRO 1
Número de municípios por faixas da propriedade social – Brasil (2010)

| | | IDHM | | |
|-----|-------------------|-------------------|-------|-----------------|
| | | Baixa/muito baixa | Média | Alta/muito alta |
| IVS | Baixa/muito baixa | 0 | 631 | 1,677 |
| | Média | 92 | 920 | 251 |
| | Alta/muito alta | 1,307 | 682 | 5 |

Fonte: Costa e Marguti (2015).
Elaboração dos autores.

A faixa de prosperidade social mais elevada no Matopiba possui um total de 21 municípios, o que corresponde a 6% da região. São eles: Alvorada, Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional, Dianópolis, Brasilândia do Tocantins, Cariri do Tocantins, Colmeia, Crixás do Tocantins, Fortaleza do Tabocão, Miracema do Tocantins, Oliveira de Fátima e Tupirama, no Tocantins; Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia; e Imperatriz, no Maranhão.

No outro extremo do quadro 2, nas faixas mais baixas da prosperidade social (baixa e muito baixa), em 2010, concentram-se 249 municípios (74%), que apresentam baixo/muito baixo ou médio desenvolvimento humano, combinados com alta/muito alta ou média vulnerabilidade social. A faixa de média prosperidade social, em 2010, congrega outros 67 municípios (20%).

QUADRO 2

Número de municípios por faixas da propriedade social – Matopiba (2010)

| | | IDHM | | |
|-----|-------------------|-------------------|-------|-----------------|
| | | Baixa/muito baixa | Média | Alta/muito alta |
| IVS | Baixa/muito baixa | 0 | 8 | 12 |
| | Média | 4 | 67 | 1 |
| | Alta/muito alta | 160 | 85 | 0 |

Fonte: Costa e Marguti (2015).
Elaboração dos autores.

3.4 Pobreza e desigualdade

O estudo divulgado pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao PNUD, aponta que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período 2004-2013, a pobreza caiu de mais de 20% para cerca de 9% da população brasileira. No entanto, os principais aspectos ou perfis da pobreza continuam os mesmos: ela está mais presente no meio rural e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.²¹

O estudo considerou como extremamente pobres pessoas que ganham até R\$ 70,00 por mês e pobres aquelas que vivem com até R\$ 140,00 mensais, de acordo com critérios adotados pelo governo federal. Os dados sobre a região do Matopiba seguem os mesmos critérios adotados no estudo do IPC-IG. Os dados sobre pobreza e desigualdade foram mapeados a partir do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013* (PNUD, Ipea e FJP, 2013) e abrangem os temas sobre proporção de extremamente pobres, proporção de pobres e proporção de vulneráveis à pobreza, além dos temas sobre desigualdade, que envolvem o índice de Gini, a apropriação de renda pelos mais pobres e a apropriação de renda pelos mais ricos.

21. Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU/BR). Disponível em: <<https://goo.gl/HSoeK8>>. Acesso em: out. 2016.

Iniciar-se-á a análise pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Aspecto Renda ou IDHM-Renda. Este índice é medido pela renda municipal *per capita* – ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. A melhoria no IDHM geral é fruto de uma significativa melhoria no IDHM Educação, mas outro indicador que também contribui para o aumento do IDHM geral foi o IDHM Renda – isto é, em geral, a renda na região do Matopiba aumentou. Isso não significa dizer que ela foi distribuída, justa e/ou nas mesmas proporções para todos.

A renda *per capita* é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Entre 2000 e 2010, a renda da região do Matopiba aumentou em praticamente nos municípios, exceto em cinco deles. Os dados desta pesquisa confirmam os apontamentos de Serigati *et al.* (2017) acerca do setor agropecuário impactar na dinamização do mercado de trabalho da região e, conseqüentemente, aumentar o rendimento médio da população ocupada da região, com isso, aquecendo o setor de serviços local.

As maiores rendas *per capita*, em 2010, são as dos municípios de Palmas-TO, no valor de R\$ 1.087,35; Paraíso do Tocantins-TO, R\$ 899,57; Luís Eduardo Magalhães-BA, R\$871,12; Gurupi-TO, R\$ 778,90; Araguaína-TO, R\$ 737,63; Guaraí-TO, R\$ 722,83; Abreulândia-TO, R\$ 624,03; Porto Nacional-TO, R\$ 621,10; Pedro Afonso-TO, R\$ 618,56; Poções de Pedras-MA, R\$ 613,87; e Barreiras-BA, R\$ 602,82.

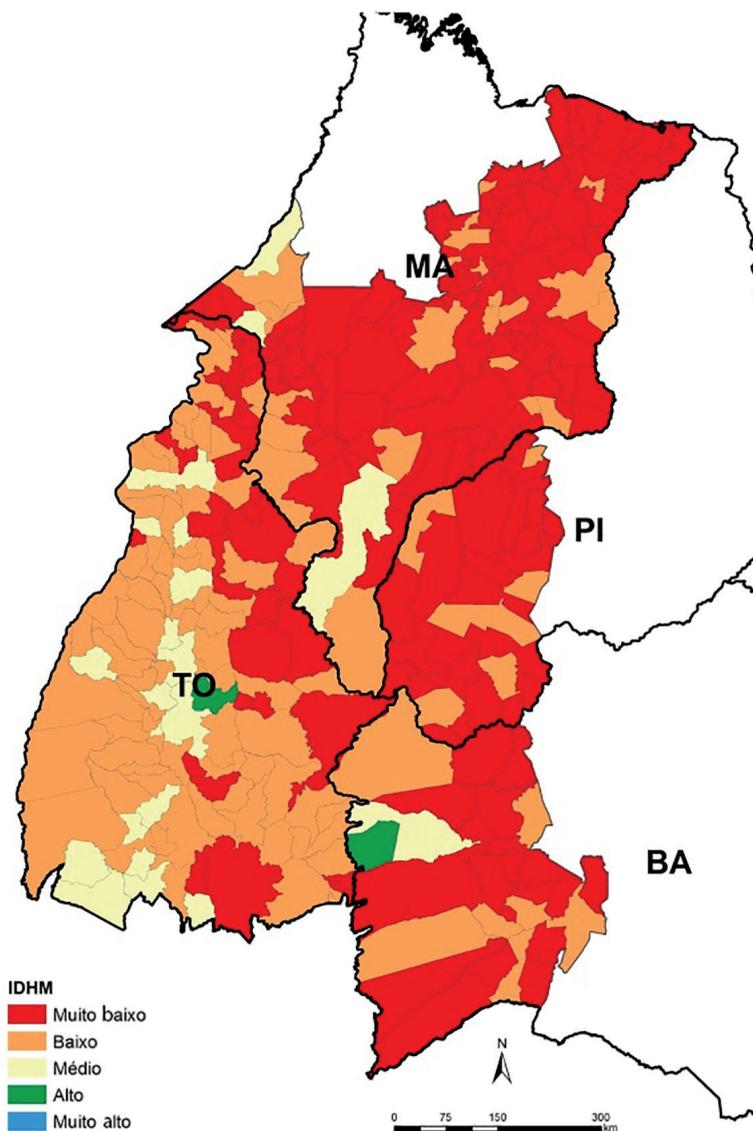
Em 2000, apenas dois municípios possuíam alto IDHM Renda; eram eles, Paratinga, na microrregião de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e Palmeirópolis, na microrregião do Gurupi, no Tocantins. Em 2010, além dos já mencionados, mais cinco municípios atingiram alto IDHM Renda, todos eles no Tocantins: Araguaína e Pau D’Arco, na microrregião de Araguaína; Abreulândia e Guaraí, na microrregião de Miracema do Tocantins; e Gurupi. Com estes, totalizam-se sete municípios. Em 2000, 21 municípios possuíam médio IDHM Renda, sendo que dezessete deles se localizavam no Tocantins, três, no Maranhão e um, na Bahia. Em 2010, esse número aumentou para 93 municípios; a maioria deles no Tocantins (68), dezesseis no Maranhão e quatro na Bahia.

Cerca de 58% dos municípios da região do Matopiba possuíam IDHM Renda muito baixo nos anos 2000, com a maioria deles (55%) concentrados no Maranhão, aproximadamente 110 municípios. Em 2010, 57% dos municípios da região possuíam

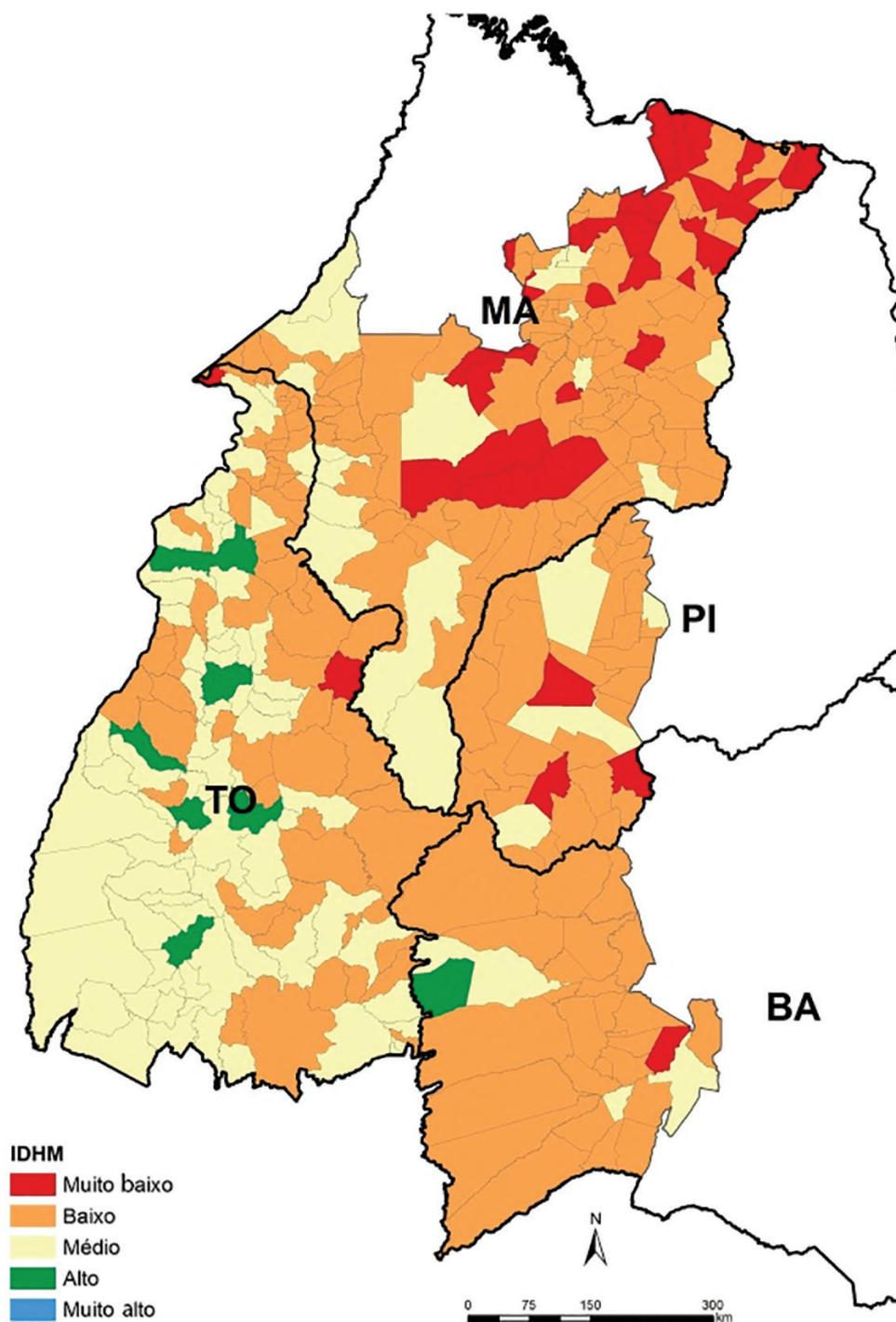
IDHM Renda baixo; a maioria deles no Maranhão (44%), aproximadamente 86 municípios. A partir dos dados, conclui-se que, apesar de a renda média *per capita* dos municípios ter aumentado, a maioria dos municípios se concentra na classificação de baixa renda, sendo que o estado do Maranhão continua concentrando os municípios com as menores rendas médias *per capita* da região.

MAPA 8

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da região do Matopiba – renda
8A – 2000



8B – 2010



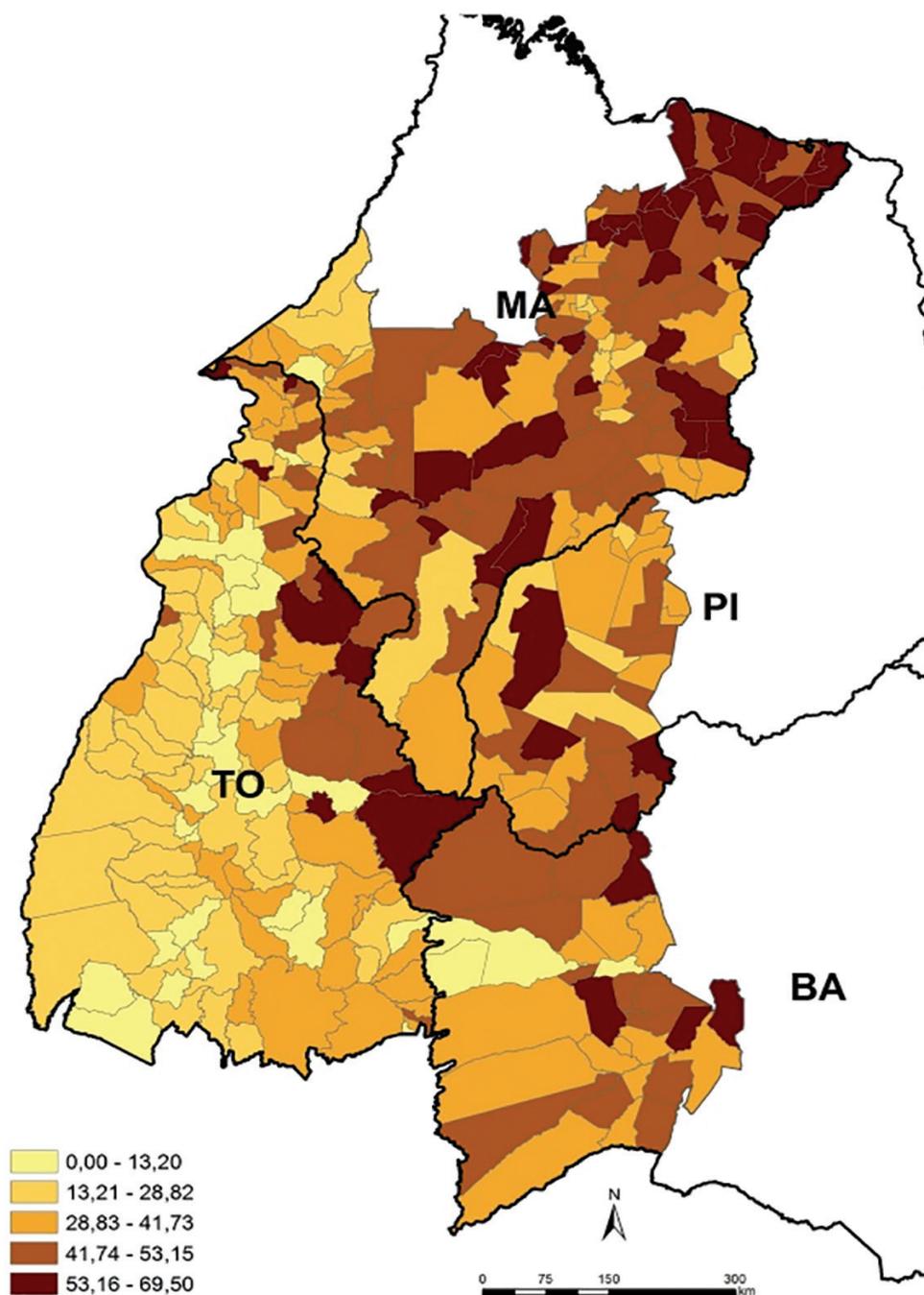
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

A proporção de extremamente pobres representa aquela parcela de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais. Na região do Matopiba, se se comparar os anos 2000 com os anos 2010, pode-se perceber que houve grande melhoria nessa proporção. Na década de 2000, mais da metade dos municípios do Matopiba (188) possuíam mais de 38% da sua população em condição de extrema pobreza.

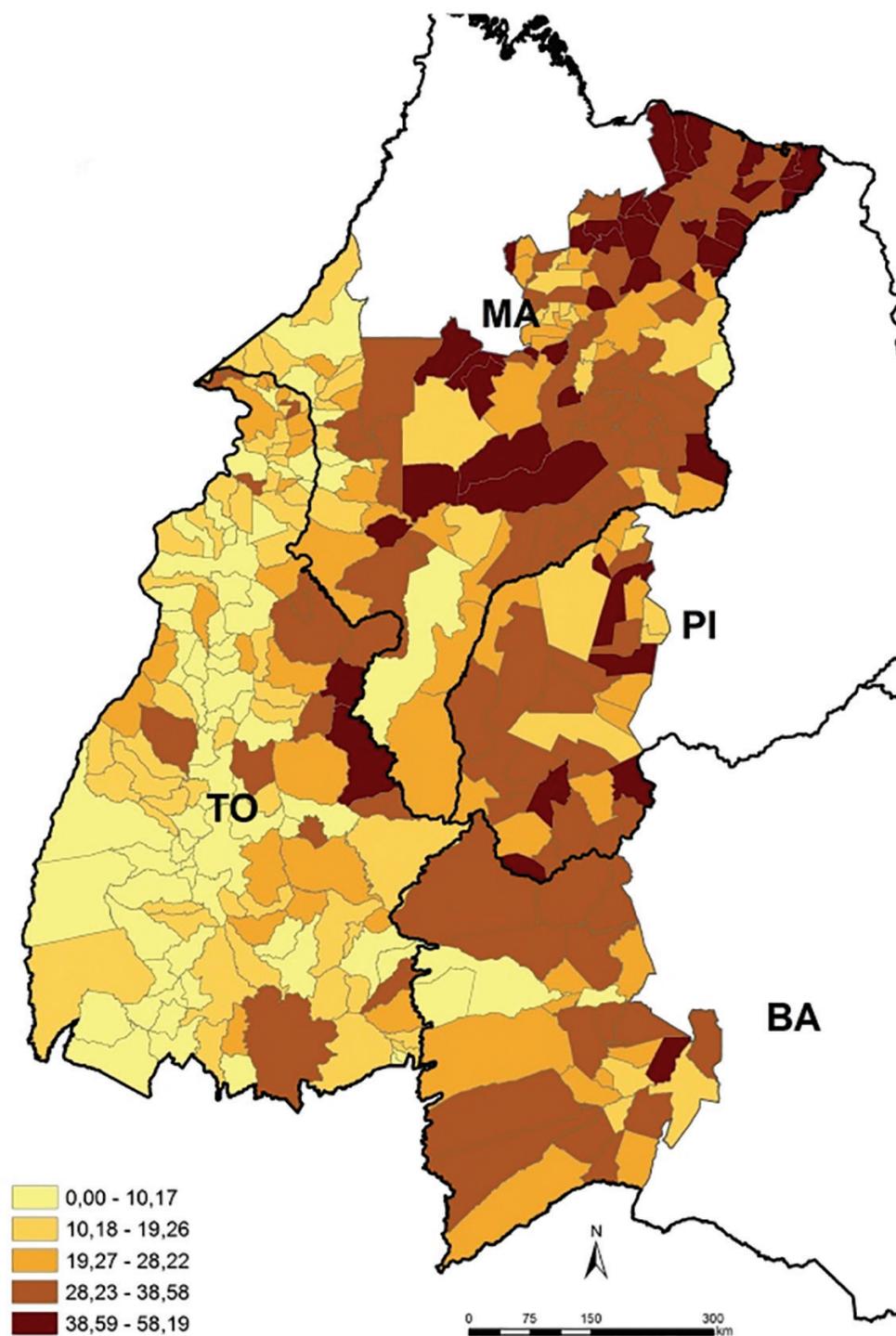
Em 2010, esse número caiu para 48 municípios (14%) que ainda se mantiveram na condição de extrema pobreza, sendo quarenta deles localizados no estado do Maranhão, destes, aproximadamente dez municípios ainda possuem metade da população em condição de extrema pobreza. Os municípios são Belágua (58,19%) e São Benedito do Rio Preto (49,14%), na microrregião de Chapadinha; Jenipapo dos Vieiras (54,26%), Fernando Falcão (51,61%) e Santa Filomena do Maranhão (49,12%), na microrregião de Alto Mearim e Grajaú; Humberto de Campos (53,44%), Santo Amaro do Maranhão (50,78%) e Primeira Cruz (49,79%), na microrregião de Lençóis Maranhenses; Mirador (50,29%), na microrregião das Chapadas do Alto Itapecuru; e Presidente Vargas (50,19%), na microrregião de Itapecuru Mirim.

Dos 188 municípios que possuíam mais de 38% da população na condição de extrema pobreza, 76 melhoraram de situação – ou seja, conseguiram diminuir a porcentagem de extremamente pobres para a faixa entre 28% e 38%. Desses municípios, 39 reduziram essa porcentagem entre 19% e 28%; 22 deles diminuíram a porcentagem de 10% para 19%; e três municípios, em 2010, possuíam a porcentagem inferior a 10%. Os mapas 9A e 9B trazem a porcentagem da população extremamente pobre por municípios da região do Matopiba.

MAPA 9
População extremamente pobres da região do Matopiba – por município
(Em %)
9A – 2000



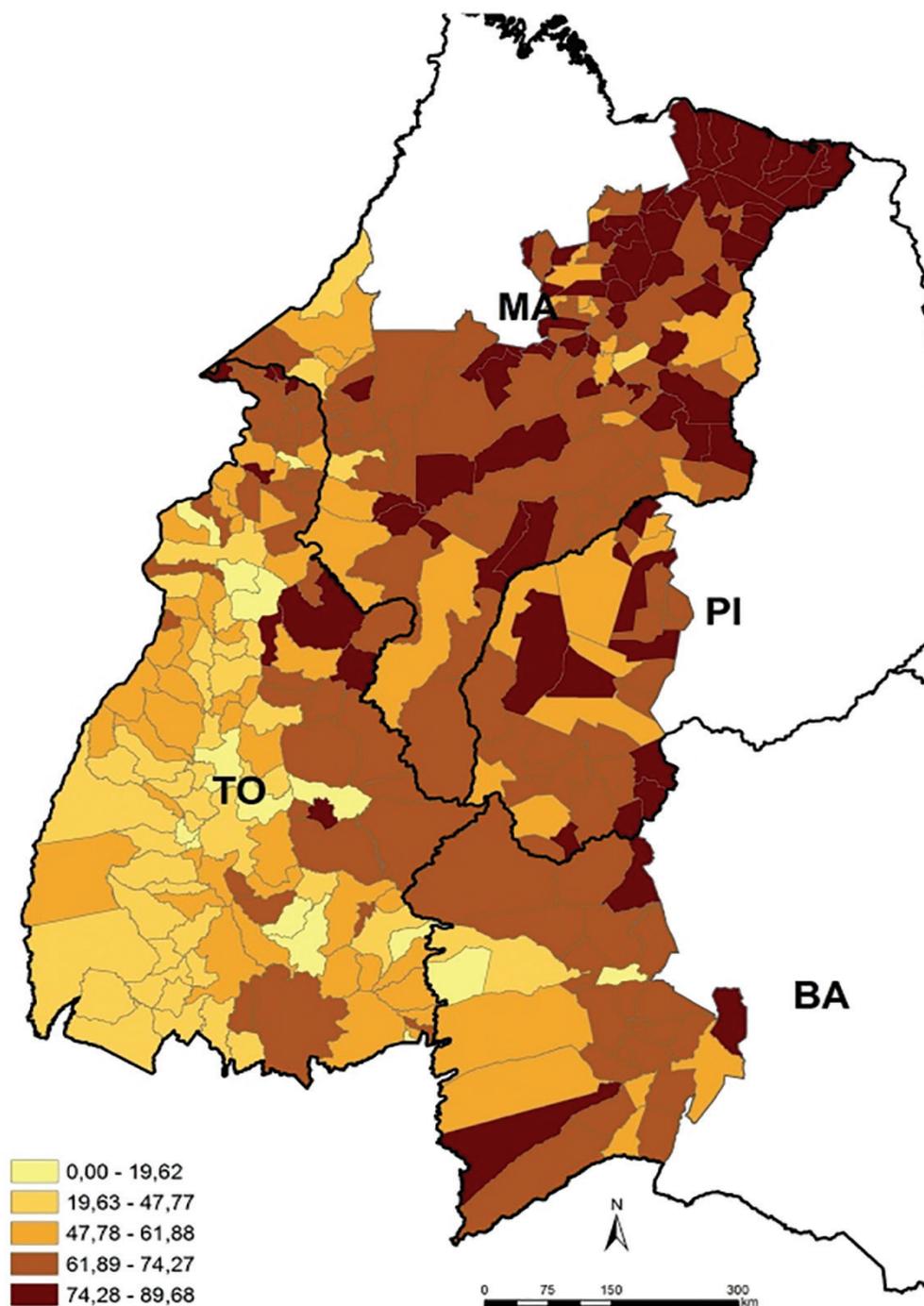
9B – 2010



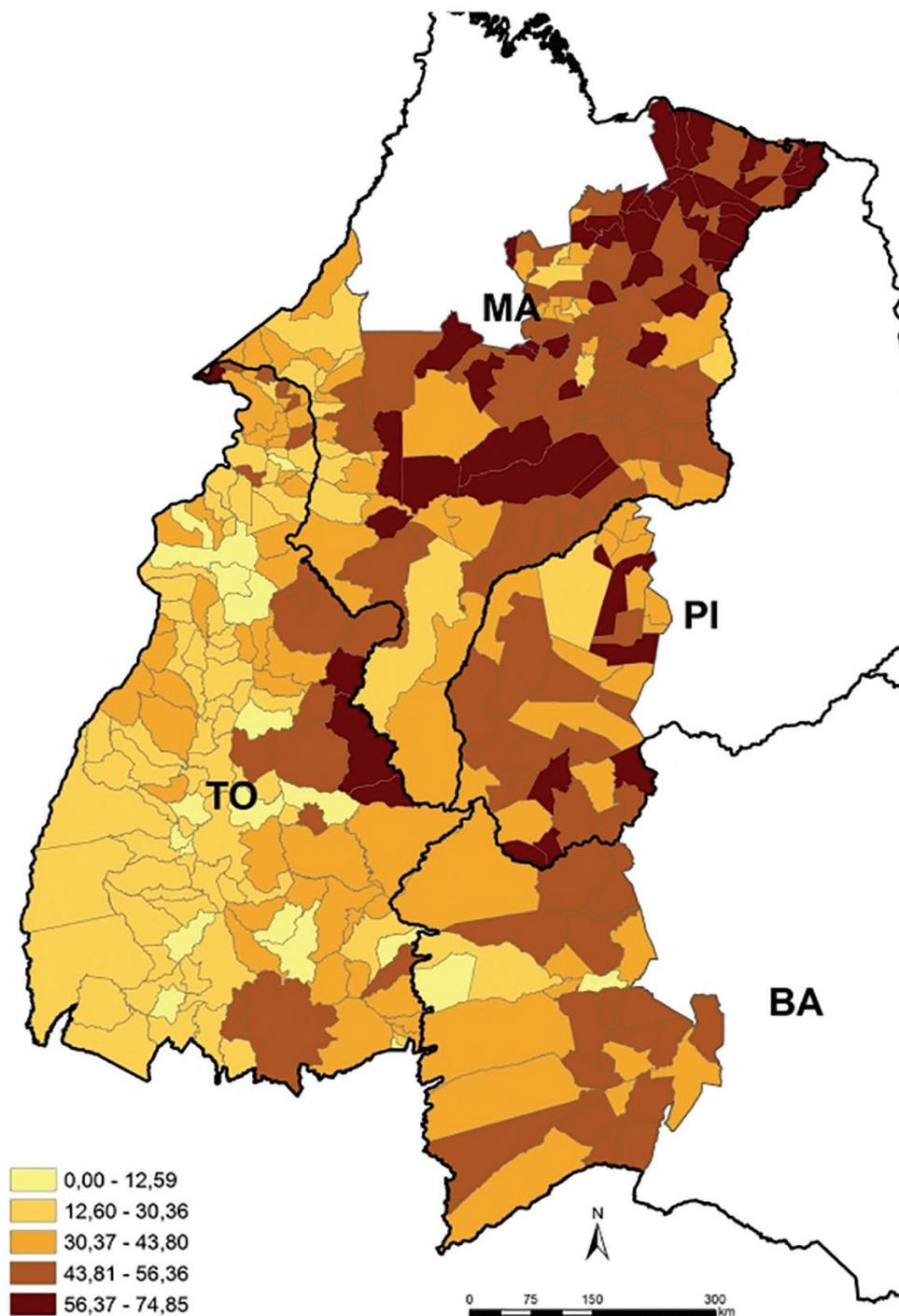
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

A proporção de pobres representa a parcela de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais. Nos anos 2000, a proporção de indivíduos pobres na região do Matopiba era muito alta. De acordo com levantamentos, 306 municípios – ou seja, 90% da região – apresentavam mais de 45% da sua população na pobreza, sendo que, destes, 25% possuíam mais de 75% da população na pobreza. Nos anos 2010, a proporção de indivíduos pobres por municípios caiu, mas, mesmo assim, ainda é alta se se comparar com o Brasil, mas semelhante aos estados da região Norte e Nordeste. Cerca de 50% da região possui a proporção da população municipal na condição de pobreza, entre 20% e 45%. A seguir, os mapas que representam a proporção de pobres na região do Matopiba nos anos 2000 e 2010.

MAPA 10
Proporção de pobres da região do Matopiba – por município
(Em %)
10A – 2000



10B – 2010

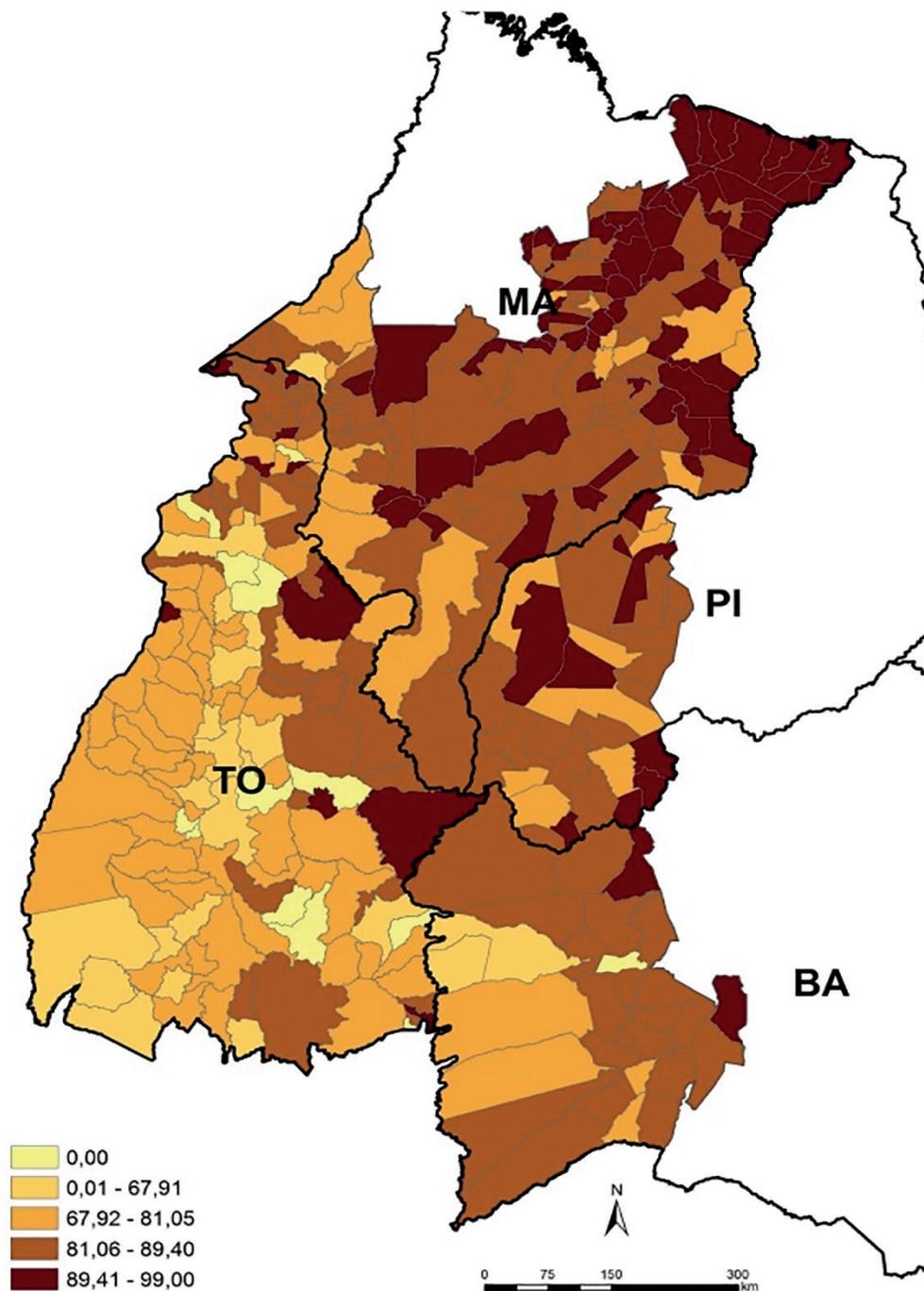


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

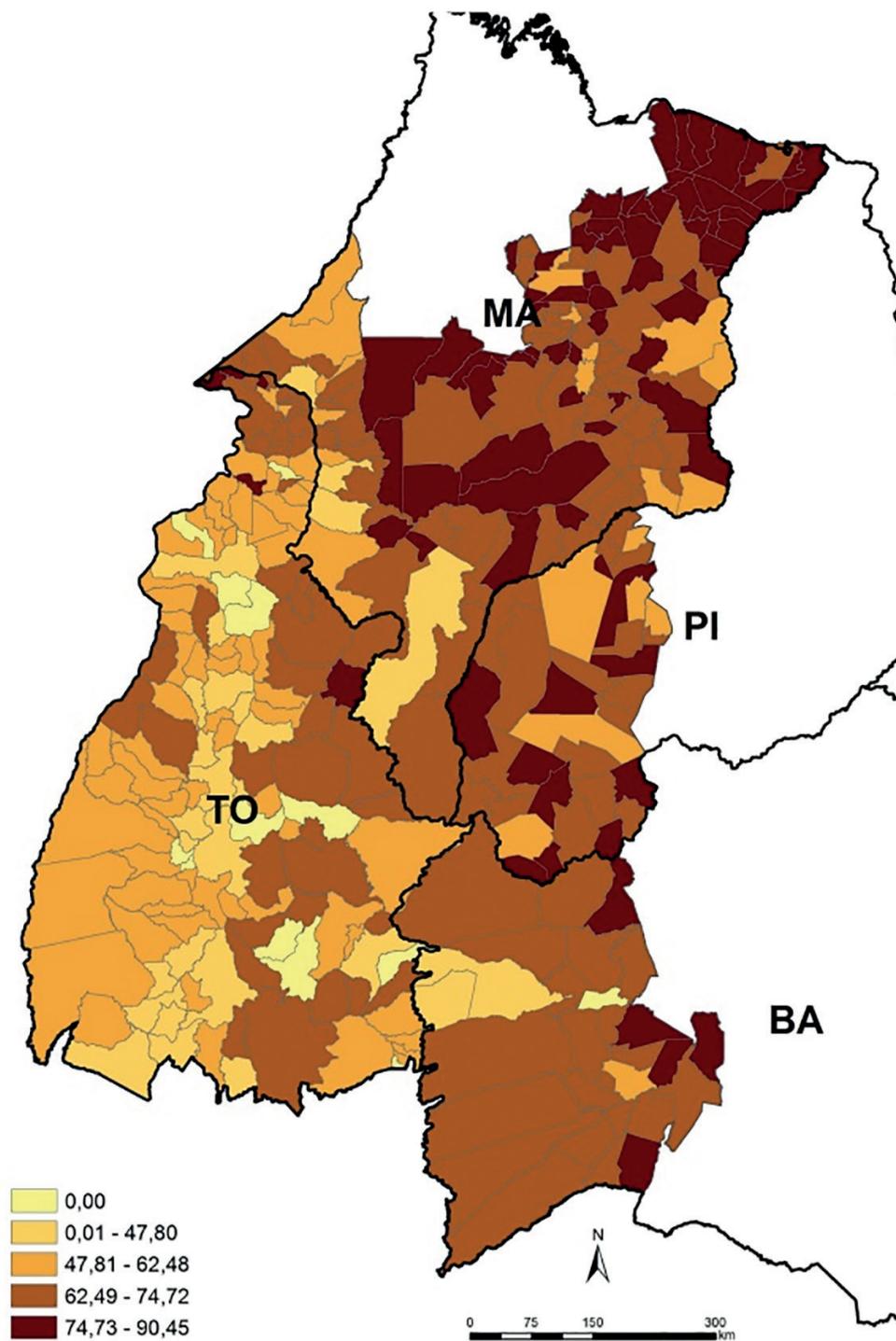
A proporção de vulneráveis à pobreza refere-se aos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais. Em 2000, aproximadamente 280 municípios da região do Matopiba possuíam acima de 75% de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais – ou seja, aproximadamente 83% dos municípios possuíam acima de 75% da sua população vulneráveis à pobreza. Cerca de cinquenta municípios possuíam a proporção de vulneráveis à pobreza entre 60% e 75%; seis municípios apresentavam entre 45% e 60% da população vulnerável à pobreza; e dois municípios, Miracema do Tocantins-TO e Palmas-TO, possuíam a proporção de vulneráveis à pobreza abaixo de 45%.

Em 2010, a faixa de municípios da região do Matopiba acima de 75% de indivíduos em situação de vulnerabilidade à pobreza reduziu-se consideravelmente, mas oitenta municípios ainda se mantêm nessa condição, sendo sessenta deles localizados no Maranhão. A maior concentração de municípios está na faixa que corresponde de 60% a 75% de indivíduos vulneráveis à pobreza, 158 municípios; destes, 61 localizam-se no Maranhão e 57, no Tocantins. A terceira faixa, correspondente ao percentual entre 60% e 45% dos indivíduos vulneráveis à pobreza, possui cerca de 83 municípios; a maioria deles localizadas no estado do Tocantins (64). Na faixa abaixo de 45% da população vulnerável à pobreza, aparecem dezesseis municípios, sendo dois na Bahia, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães; um no Maranhão, Imperatriz; e treze no Tocantins, Alvorada, Araguaína, Cariri do Tocantins, Colinas do Tocantins, Figueirópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional e Talismã.

MAPA 11
População vulnerável à pobreza da região do Matopiba – por município
(Em %)
11A – 2000



11B – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

O *Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira*, elaborado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), apresenta dados sobre a distribuição da renda e da riqueza no Brasil a partir dos levantamentos domiciliares da PNAD, do questionário da amostra do Censo Demográfico ou da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). As informações do Imposto de Renda também são levantadas no relatório, pois são dados complementares acerca da renda dos estratos superiores que não são totalmente captados pelas pesquisas domiciliares.

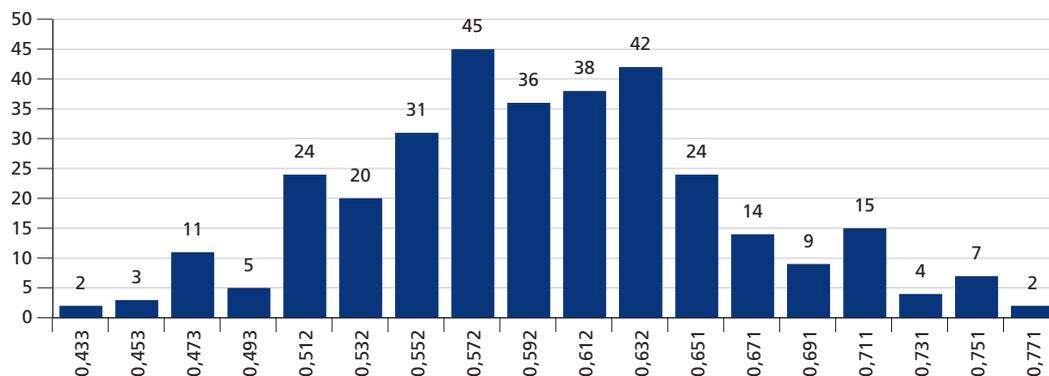
Em uma perspectiva global, os países latino-americanos em geral, e particularmente o Brasil, destacam-se pela elevada desigualdade da distribuição da renda. Os países mais desenvolvidos, por sua vez, sobressaem-se por possuírem um padrão mais moderado de desigualdade. De acordo com os dados do relatório, em relação ao Brasil, nos últimos anos, o aumento da renda dos grupos mais pobres em relação aos mais ricos foi determinante para que o índice de Gini recuasse de 0,545, em 2004, para 0,490, em 2014. Apesar desse avanço, o Brasil possui um nível de desigualdade elevado quando comparado com outros países em mesmo estágio de desenvolvimento.

O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita* – ou seja, mede a desigualdade de distribuição de renda entre países, regiões, municípios etc. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda).

A seguir, foi elaborado um histograma que apresenta a distribuição de municípios pelo valor do índice de Gini nos anos 2000 e 2010.²² Os dados dos gráficos 3 e 4 foram retirados da plataforma *on-line* do Sistema Único de Saúde (SUS). Observa-se que na distribuição, em 2010, há mais municípios próximos a 0 (zero) se comparado à distribuição nos anos 2000.

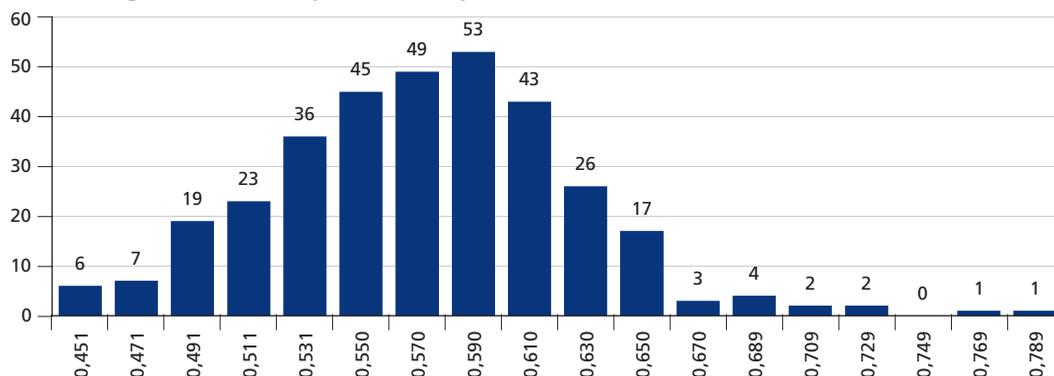
22. A comparação entre o índice de Gini Brasil e os índices municipais da região do Matopiba não foi realizada neste trabalho, pois se trata de fontes distintas. Os dados do histograma dos gráficos 3 (2000) e 4 (2010) foram retirados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) e têm como referência os dados do Censo Demográfico; enquanto os dados referentes ao Brasil são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Como não representam a mesma fonte, optou-se por não fazer a comparação.

GRÁFICO 3
Histograma de municípios do Matopiba – índice de Gini (2000)



Fonte: Datasus. Disponível em: <<https://goo.gl/8M5fS7>>.

GRÁFICO 4
Histograma de municípios do Matopiba – índice de Gini (2010)



Fonte: Datasus. Disponível em: <<https://goo.gl/8M5fS7>>.

A partir do levantamento dos dados, conclui-se que a região do Matopiba passou por uma diminuição da desigualdade entre os anos 2000 e 2010. Cerca de 250 municípios diminuíram o índice de Gini – ou seja, reduziu-se a desigualdade de renda (ficaram mais próximo a zero). Isso corresponde a 74% da região do Matopiba; o restante, 87 municípios (26%), aumentou o índice – isto é, elevou a desigualdade.

Entre os municípios do estado do Tocantins, 81% conseguiram diminuir o índice de Gini e, com isso, reduzir a desigualdade de renda; assim como na Bahia, em que, dos trinta municípios que compõem a região, 28 (93%) diminuíram o índice de Gini. Maranhão e Piauí tiveram proporções semelhantes, pois, dos 33 municípios do Piauí que compõem a região do Matopiba, 64% (21 municípios) diminuíram a desigualdade. No Maranhão, 65%, cerca de noventa municípios, reduziram a desigualdade.

Dos municípios que aumentaram o índice de Gini, 60% aumentaram o percentual da renda apropriada pelos mais ricos; destes ainda, dezesseis (onze no Tocantins, quatro no Maranhão e um no Piauí) possuem uma apropriação de renda pelos mais ricos acima de 50%. Entre os municípios que diminuíram o índice de Gini (250), também houve casos de aumento da apropriação da renda pelos mais ricos em sessenta municípios (24%).

Alguns exemplos merecem destaque e serão descritos a seguir. No Maranhão, o município de Alto Parnaíba, que possuía, em 2000, 53,51% da renda apropriada pelos 10% mais ricos, aumentou esse percentual, em 2010, para 70,09%. Em Arame, em 2000, o percentual era de 41,43%; em 2010, aumentou para 58,54%. Santo Antônio dos Lopes apresentava percentual de 36,94%, em 2000, que passou a 50,61%, em 2010. Em São Domingos do Azeitão, o percentual era de 34,86% e passou para 58,03%. Em Abreulândia, no Tocantins, em 2000, o percentual de 35,57% da renda era apropriado pelos 10% mais ricos; em 2010, esse percentual passou para 64,24%; assim como em Aurora do Tocantins, onde, em 2000, o percentual era de 48%; em 2010, era de 60%. Divinópolis do Tocantins, em 2000, apresentava percentual de 37%; em 2010, este passou para 54% da renda apropriada. Guaraí (TO), de 45% foi para 52%; Jau do Tocantins, de 46% foi para 55,06%; Lizarda, de 42% foi para 59,58%; Monte do Carmo, de 40% foi para 50%; e Peixe, de 43% foi para 52%. No Piauí, destaca-se o caso de São Gonçalo do Gurguéia, que, em 2000, tinha 28,67% da renda apropriada pelos 10% mais ricos, e, em 2010, esse percentual aumentou para 52,74%.

A diminuição da população em condição de pobreza, extrema pobreza e vulnerável à pobreza na região do Matopiba, assim como a diminuição do percentual da renda apropriada pelos mais ricos, fez com que o índice de Gini na região melhorasse – ou seja, diminuiu a desigualdade no Matopiba. Mas há ressalvas nessa melhoria, pois o que chamou atenção é que 34% dos municípios do Matopiba (113) aumentaram o percentual da renda apropriada pelos mais ricos, sendo que, destes, em 25 municípios (22%), essa apropriação é superior a 50%. Destes 25 municípios mencionados, dezesseis localizam-se no estado do Tocantins.

No geral, conforme evidenciado com os indicadores apresentados anteriormente, a situação social da maioria dos municípios do Matopiba melhorou entre os anos 2000 e 2010. Essa melhoria se deve a uma série de fatores. Entre eles, um dos mais importantes

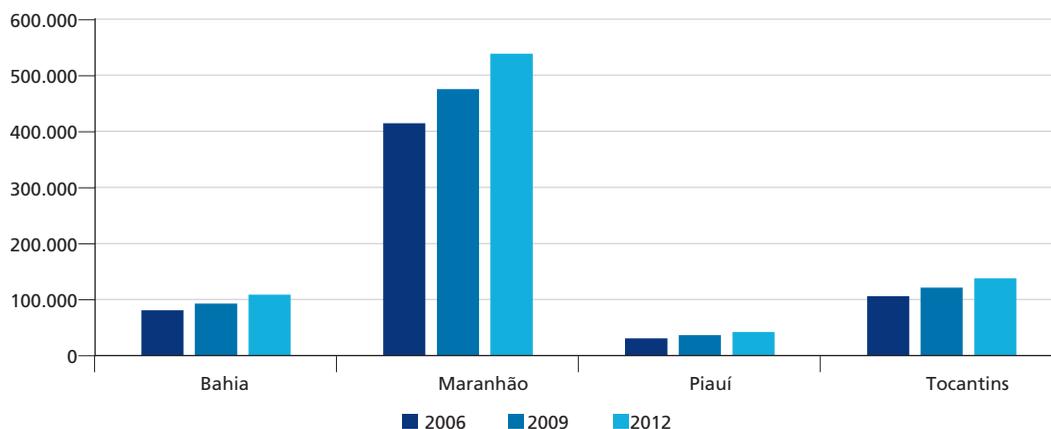
foi a execução de algumas políticas públicas, principalmente do governo federal, com o intuito de redistribuir a renda e promover condições de vida mais dignas para a parcela mais pobre da população brasileira. Entre essas políticas, podem-se citar o PBF²³ e o BPC na região.

Da mesma forma que o Brasil, a região do Matopiba apresentou números crescentes, desde 2005, tanto em número de beneficiários como em número de repasses (valores monetários) do PBF e do BPC. Segundo estudos, o produto interno bruto das regiões mais pobres do país cresceu em detrimento do crescimento do centro-sul, bem como o consumo das famílias dessas regiões, que receberam o percentual maior dos benefícios. Portanto, conclui-se que o impacto do PBF tanto no PIB regional quanto no consumo das famílias das regiões Norte e Nordeste foi mais acentuado (Silva, 2014).

O Maranhão é o estado que se destaca tanto em número de beneficiários quanto em valor dos benefícios; cerca de 65% dos beneficiários do Matopiba estão no Maranhão. A densidade populacional ajuda a explicar tal afirmação. Quando se soma a quantidade de famílias beneficiadas das dez primeiras microrregiões, nota-se que elas representam 57% do total de famílias beneficiadas no Matopiba.

23. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que elas consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Através do PBF, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas. Na região do Matopiba, tanto o número de famílias beneficiadas pelo PBF quanto o valor dos benefícios têm aumentado progressivamente.

GRÁFICO 5
Beneficiários do PBF por estado do Matopiba (2006, 2009 e 2012)



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Sagi/MDS). Disponível em: <<https://goo.gl/JznQMF>>.

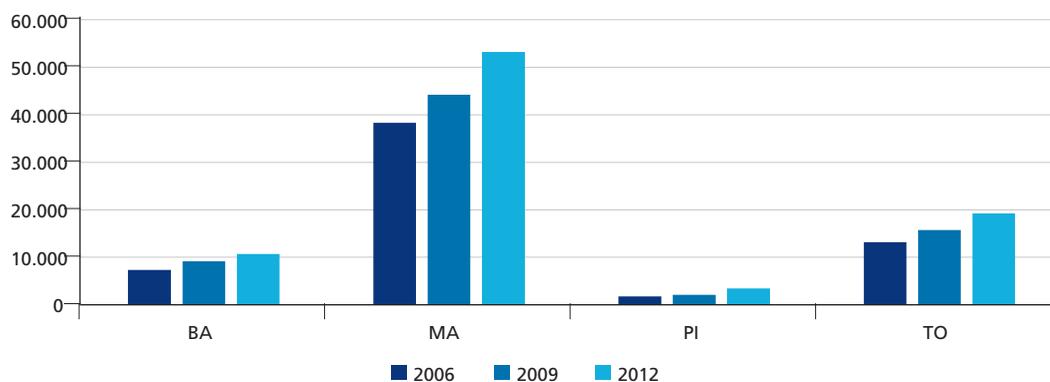
Na Bahia, as microrregiões que mais aumentaram o número de beneficiários foi a microrregião de Barreiras, principalmente a partir de 2009, seguida pelas microrregiões de Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Cotegipe. No Maranhão, as microrregiões que mais aumentaram o número de famílias beneficiadas foram Imperatriz, Médio Mearim e Caxias. No Tocantins, foram as microrregiões de Bico do Papagaio, Araguaína e Miracema do Tocantins que mais cresceram em número de beneficiários; e, por fim, no Piauí, as microrregiões de Chapadas do Extremo Sul Piauiense e Alto Médio Gurguéia. Outro programa do governo federal que, assim como o PBF, promove uma distribuição de renda e também tem impacto para diminuição da vulnerabilidade social dos beneficiários é o BPC.

O BPC é um benefício individual, não vitalício e intrasferível, que garante a transferência de um salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais de idade, e à pessoa com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de sustentar ou de ser sustentado pela família. O BPC é um benefício da política de assistência social, que integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (Suas). A gestão do BPC é feita pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (Snas), que é responsável pela implementação, pela coordenação, pela regulação, pelo financiamento, pelo monitoramento e pela avaliação do

benefício. A operacionalização é realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Brasil, 2015).²⁴

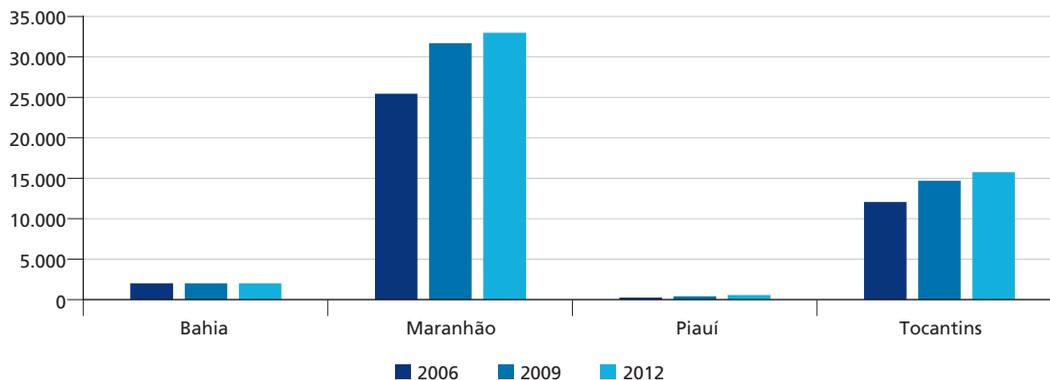
Seguem os dados sobre o BPC referente à região do Matopiba em 2006, 2009 e 2012. Da mesma forma que o Maranhão se destaca no PBF em número de beneficiários, o estado também se destaca no que se refere à quantidade de pessoas beneficiadas tanto na categoria deficientes quanto na de idosos.

GRÁFICO 6
Beneficiários do BPC por estado do Matopiba – deficientes (2006, 2009 e 2012)



Fonte: MDS. Disponível em: <<https://goo.gl/nzpuQq>>.

GRÁFICO 7
Beneficiários do BPC por estado do Matopiba – idosos (2006, 2009 e 2012)



Fonte: MDS. Disponível em: <<https://goo.gl/nzpuQq>>.

24. A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) ocorreu em 2016, substituindo o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Conforme o gráfico 6 (BPC – deficientes), cerca de 60% dos beneficiários do BPC na região do Matopiba concentram-se no Maranhão, 22% encontram-se no Tocantins, 12%, na Bahia e cerca de 3%, no Piauí. Entre as dez microrregiões que mais possuem beneficiários, estão: Médio Mearim (1^o), Imperatriz (2^o), Caxias (3^o), Codó (4^o) e Alto Mearim e Grajaú (6^o), no Maranhão; Bico do Papagaio (5^o), Araguaína (7^o) e Porto Nacional (10^o), no Tocantins; e Barreiras (8^o), na Bahia. O somatório do total de beneficiários das dez primeiras colocações corresponde a 59% dos beneficiários de toda a região.

Referente ao gráfico 7 (BPC – idosos), o Maranhão também é o estado que mais possui beneficiados, aproximadamente 61% de todos os beneficiados da região. As microrregiões que possuem o maior número de beneficiados do Matopiba são: Imperatriz (1^o), Codó (2^o), Caxias (3^o), Médio Mearim (4^o), Itapecuru Mirim (7^o), Alto Mearim e Grajaú (10^o), no Maranhão; Araguaína (5^o), Gurupi (6^o), Porto Nacional (8^o) e Rio Formoso (9^o), no Tocantins.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Matopiba tem sofrido fortes tendências transformadoras nos últimos vinte anos. Tendências essas em parte advindas dos impactos gerados pela expansão da fronteira agrícola do Cerrado brasileiro, anteriormente restrita à região Centro-Oeste, sobre as partes do território dos estados da Bahia, do Tocantins, do Piauí e do Maranhão, com a presença do bioma Cerrado. Essa expansão começou em meados da década de 1990 e se intensificou nos últimos dez anos.

Aos poucos, com o aumento da presença de um novo tipo de empreendimento agrícola, modelo externo à região, pautado em cultivo de poucas espécies vegetais no sistema de monocultivo altamente especializado e com utilização intensa de tecnologias modernas de produção, o ambiente rural regional gradativamente se modifica. A paisagem do meio rural, na qual predominava a existência de grande quantidade de pequenas propriedades rurais com sistema produtivo do tipo agricultura familiar e com pequena produção e geração de excedentes comercializáveis, cede espaço para o novo modelo da grande propriedade, com produção voltada no geral para o mercado extrarregional e internacional.

A agricultura familiar, com seu sistema pouco intensivo em tecnologia e com pequena produção para comercialização, gerava uma economia com pequena presença

monetária, mais pautada na produção de subsistência e em reduzida circulação monetária e de mercadorias. O novo modelo, ao contrário, baseia-se na produção quase que exclusivamente para comercialização e, além disso, utiliza uma vasta gama de insumos (adubos, defensivos, máquinas, implementos etc.), adquiridos de empresas externas ao estabelecimento agropecuário.

O resultado mais imediato desse novo sistema é o aumento da circulação monetária na economia local, com maior número de transações de compra e venda de insumos e serviços. Invariavelmente, esse novo sistema provoca transformações socioeconômicas no território onde ele ocorre. Nesse sentido, compreender um pouco melhor quais são esses impactos foi o objetivo maior deste estudo. Conforme mencionado logo na introdução deste trabalho, poucos trabalhos avaliaram, sob diferentes metodologias e propostas, essa nova dinâmica socioeconômica regional das últimas décadas.

A análise aqui apresentada focou em coletar e evidenciar dados sociais sobre a região do Matopiba, em uma tentativa preliminar de captar tendências transformadoras ocorridas nesse território no período considerado. E, com esse objetivo em vista, este estudo conseguiu verificar essas tendências. Com relação ao IDHM, ao IVS, bem como aos demais indicadores e às variáveis consideradas ao longo do trabalho, foram constatadas evidentes tendências de melhoria social em todos os estados que compõem a região do Matopiba, por meio da observação dessas variáveis selecionadas.

Entre os dados mapeados por essa pesquisa, a melhoria do IDHM e do IVS na região do Matopiba como um todo sinaliza para uma melhoria nas condições sociais e no dinamismo econômico. A melhoria do IDHM é fruto da melhoria dos indicadores educacionais, como diminuição da taxa de analfabetismo, aumento da média de anos de estudo da região e aumento da taxa de frequência, principalmente nos anos do ensino médio. E a melhoria do IVS é fruto das melhorias na infraestrutura urbana, como o aumento de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e da coleta de lixo no território.

No entanto, apesar dessa melhoria, destaca-se que a região do Matopiba ainda apresenta baixo e médio IDHM na maioria dos municípios, e baixo e médio IVS. Ou seja, ainda existe muito o que ser feito pela região, principalmente no estado do Maranhão, que obteve melhorias, mas estas são modestas em relação aos demais municípios.

A respeito da desigualdade e da pobreza, os índices foram positivos; a região conseguiu diminuir o percentual da população em condição de extrema pobreza, pobreza e vulneráveis à pobreza, assim como a desigualdade de renda. No entanto, em alguns municípios, observou-se o aumento da apropriação da renda dos mais ricos, o que levou, em alguns municípios, ao aumento da desigualdade.

Ressalva deve ser feita, entretanto, sobre as causas dessas melhorias. Esse estudo não teve a pretensão de avaliar os elementos causadores das tendências de melhoria social observadas. Uma avaliação robusta sobre as causas dessas tendências teria de levar em consideração uma série de outras variáveis complexas e inter-relacionadas. No período abordado neste trabalho, anos 2000, a economia brasileira como um todo passou por um período de expansão que não ocorria desde a década de 1970. Além disso, políticas públicas com forte componente social – notadamente, a redução dos níveis de pobreza da população mais vulnerável economicamente – receberam maior atenção e orçamento nesse período, principalmente do governo federal.

Dessa forma, não é possível apenas com a análise das variáveis apresentadas neste estudo explicar o fenômeno verificado no Matopiba. O quanto do desenvolvimento social e regional pode ser creditado aos impactos provenientes da expansão da fronteira agrícola brasileira nesse território, com os recursos daí advindos, e o quanto deve ser creditado a um conjunto de variáveis com abrangência nacional – crescimento econômico brasileiro, por exemplo –, esse estudo não pode concluir.

Pode-se, todavia, recomendar que novos estudos sobre a região sejam promovidos. A quantidade de dados disponíveis sobre o Matopiba permite uma série de possibilidades metodológicas de estudos que tentem explicar os impactos sociais, econômicos e ambientais da expansão da fronteira agrícola sobre esse território. Em anos recentes, o governo federal chegou a aventar a hipótese de criar uma agência de desenvolvimento para o Matopiba. Não obstante essa proposta se encontrar no momento suspensa, não significa que no curto a médio prazo ela não possa ressurgir.

Inegavelmente, o novo modo de produção agrícola que vem sendo introduzido na região a impacta de modo ainda não inteiramente conhecido. Considerando que historicamente boa parte desse território constitui áreas de desenvolvimento atrasado frente às regiões mais dinâmicas do Brasil, um maior conhecimento sobre essa nova realidade socioeconômica permitirá ao Estado pautar suas ações para a região, de maneira a permitir ganhos de eficiência na aplicação de recursos públicos para uma região

que, não obstante o desenvolvimento recente, ainda se constitui majoritariamente em uma área carente de infraestrutura e de uma série de equipamentos de bem-estar social e com indicadores de desenvolvimento econômico e social não muito positivos.

O que se pode observar durante a apresentação dos dados e das análises neste estudo é que, apesar de serem apontadas melhorias na região do Matopiba (aumento do IDHM municipal em 95% dos municípios da região e do IVS) e de a região acompanhar as melhorias nacionais, esta não apresenta melhorias superiores às melhorias nacionais (do país como um todo); ou seja, a região se destaca na produção e comercialização da soja no setor do agronegócio, e isso trouxe uma melhoria nos índices mapeados nesta pesquisa, mas, por outro lado, a região apresenta persistência no que se refere à desigualdade regional expressiva se a comparar com o restante do país.

REFERÊNCIAS

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/MouULn>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. Brasília: MDSA, 22 jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/6pk9dX>>.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeção do agronegócio: Brasil 2015/2016 a 2025/2026**. Brasília: Mapa, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/GQ6Pys>>.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Pobreza rural e desenvolvimento do semiárido nordestino: resistência, reprodução e transformação. *In*: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Orgs.). **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, 2013.

_____. Evolução recente do agronegócio no Cerrado nordestino. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 166-195, abr. 2015.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Dinâmica da economia e da agropecuária no Matopiba**. Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2017. (Texto para Discussão, n. 2283).

BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

CARNEIRO, W. M. A.; SOBRINHO, J. N.; COELHO, M. C. S. G. **Grãos nos cerrados nordestinos: produção, mercado e estruturação das principais cadeias**. Fortaleza: BNB, 2006.

CASTRO, C. N. **A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1783).

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. (Eds.). **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/d4BLBm>>.

FREITAS, M. C. M. A cultura da soja no Brasil: o crescimento da produção brasileira e o surgimento de uma nova fronteira agrícola. **Revista Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 7, n. 12, p. 1-12, maio 2011.

FUNDAJ – FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil**. Termo de Referência. Recife: Fundaj, set. 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 17.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Política agrícola brasileira: produtividade, inclusão e sustentabilidade. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 91-104, jan./fev./mar. 2014.

_____. **A questão ambiental e a expansão da fronteira agrícola na direção do Matopiba brasileiro**. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2281).

GASQUES, J. G. *et al.* **Produtividade e crescimento da agricultura brasileira**. Brasília: Mapa, 2011.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Indicador de nível socioeconômico das escolas**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/FcCAKc>>. Acesso em: jan. 2017.

MATOPIBA se consolida como nova fronteira agrícola do país. **Portal Brasil**, 13 out. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/KWBcsZ>>. Acesso em: set. 2016.

MIRANDA, E. **O campo na classe média**: indicação de microrregiões e cadeias produtivas prioritárias no Matopiba. Brasília: Mapa, jun. 2015a. Disponível em: <<https://goo.gl/WJ9xzG>>.

_____. **Delimitação e caracterização territorial do Matopiba**. Brasília: Mapa, mar. 2015b. Disponível em: <<https://goo.gl/1g84Zs>>.

MIRANDA, E.; CARVALHO, C. A. Na agricultura, a preservação dos cerrados. **Revista AgroDBO**, out. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/W5kzBf>>.

MIRANDA, H. Expansão da agricultura e sua vinculação com o processo de urbanização na região Nordeste/Brasil (1990-2010). **Revista EURE**, v. 38, n. 114, p. 173-201, maio 2012.

MÜLLER, G. **Complexo industrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013**: a ascensão do Sul – progresso humano num mundo diversificado. Washington: PNUD, 2013.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro. Brasília: PNUD; Ipea; FJP, 2013. Disponível em: <goo.gl/qT8GaZ>.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. *In*: RAMOS, P. *et al.* (Orgs.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. (Nead, n. 15).

REDWOOD III, J. **Ocupação da fronteira, Estado e expansão capitalista**: algumas reflexões com base no caso brasileiro contemporâneo. Recife: PIMES/UFPE, abr. 1979. (Texto para Discussão, n. 74).

ROSS, J.; SANCHES, L. (Orgs.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHALLENBERGER, E.; SCHNEIDER, I. E. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial: ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 202-222, 2010.

SERIGATI, F. *et al.* **O mercado de trabalho na fronteira do agronegócio**: quanto a dinâmica no Matopiba difere das regiões mais tradicionais? Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2277).

SICSÚ, A. B.; LIMA, J. P. R. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 109-138, jul. 2000.

SILVA, D. I. **Impactos dos programas de transferência de renda Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família sobre a economia brasileira**: uma análise de equilíbrio geral. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Expansão da fronteira agrícola no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2016. (Texto para Discussão, n. 2223).

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Orgs.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, A. A.; GOMES, M. F. M.; LIMA, J. E. Influência do Programa Bolsa Família na redução do trabalho infantil: evidências para o Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 33-45, jul./set. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/2023**. Brasília: Mapa, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/nd3Iv>>. Acesso: 27 jun. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Glossário do Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <goo.gl/8Ao7RZ>. Acesso em: 14 jun. 2013.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica. **Caracterização territorial estratégica do Matopiba**. Campinas: Embrapa, fev. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ryUNv8>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/4oeVB1>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Leonardo Moreira Vallejo

Revisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Hislla Suellen Moreira Ramalho (estagiária)

Lilian de Lima Gonçalves (estagiária)

Lynda Luanne Almeida Duarte (estagiária)

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza (estagiário)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



ISSN 1415-4765



9 771415 476001